TEMA
11
Economia Política

CTC
ANO - 1º FLS - 18
BOM ESTUDO

A meus dois filhos,

Jeffrey e Andrew

HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO

Uma Perspectiva Crítica

E. K. HUNT
University of Utah

TRADUÇÃO
José Ricardo Brandão Azevedo
Master em International Business
University of South Carolina

Editora Campus

5
DAVID RICARDO

David Ricardo (1772-1823) era filho de um rico capitalista inglês, que tinha feito fortuna na bolsa de valores, após ter migrado da Holanda para a Inglaterra. O jovem Ricardo teve mais êxito ainda na bolsa de valores do que seu pai, tendo-se transformado num homem muito rico antes dos 30 anos de idade. Em 1799, leu *A Riqueza das Nações*, de Adam Smith, e, desde então, até sua morte, passou o tempo estudando e escrevendo sobre questões de Economia Política e aumentando sua fortuna. É de aceitação geral considerá-lo o teórico mais rigoroso entre os economistas clássicos. Sua capacidade de construir um modelo abstrato de como funcionava o capitalismo e dele deduzir todas as suas implicações lógicas foi insuperável, em sua época. Além disso, sua teoria econômica estabeleceu um estilo de modelos econômicos abstratos e dedutivos que vêm dominando a teoria econômica até hoje. Como Adam Smith, ele deveria exercer uma poderosa influência tanto sobre o marxismo radical quanto sobre as tradições neoclássicas conservadoras da teoria econômica em todo o restante do século XIX e no século XX. Ele foi, inquestionavelmente, um dos cinco ou seis economistas que mais influenciaram a época atual.

Viveu na mesma época turbulenta que Malthus e, como este, foi influenciado pela Revolução Francesa, pela Revolução Industrial, pela crescente inquietação da classe operária e a luta entre os capitalistas e os proprietários de terras ingleses. Sua opinião sobre a classe operária não era essencialmente diferente da de Malthus. Ricardo aceitou a teoria da população de Malthus e suas conclusões quanto à natureza e às causas da pobreza dos trabalhadores. Escreveu o seguinte:

> Fico satisfeito por ter, agora, a oportunidade de expressar minha admiração pelo *Ensaio sobre a População*, do Sr. Malthus. Os ataques dos oponentes desta grande obra só serviram para provar sua grande força, e estou convencido de que sua fama se difundirá com o cultivo da Ciência, por ela tão valorizada.[1]

Ricardo foi, porém, um inimigo intelectual de Malthus a vida toda, embora fosse seu amigo pessoal. A principal questão social em que suas opiniões diferiam era o conflito entre os capitalistas e os proprietários de terras. Ricardo sempre defendia os interesses da classe capitalista. As principais questões teóricas em que suas idéias diferiam eram a teoria do valor e a teoria da superprodução de Malthus.

A TEORIA DA RENDA E DO LUCRO

Em sua introdução à obra *Principles of Political Economy and Taxation*, Ricardo definiu o que ele via como o problema central da Economia Política:

> O produto da terra – tudo o que é retirado de sua superfície pelo emprego conjunto do trabalho, das máquinas e do capital – é dividido entre três classes da comunidade, a saber: o proprietário da terra, o dono do capital necessário para o seu cultivo e os trabalhadores que entram com o trabalho para o cultivo da terra.
>
> O principal problema da Economia Política é determinar as leis que regem esta distribuição.[2]

Malthus publicou sua obra *An Inquiry into the Nature and Causes of Rent* em 1815 e Ricardo a leu, logo após sua publicação. Reconheceu que a teoria da renda da terra, de Malthus, complementava uma teoria do lucro em que ele vinha trabalhando havia algum tempo.[3] Ele já tinha chegado à conclusão de que o preço dos cereais, em relação ao preço das mercadorias industrializadas, era regulado pela tendência do trabalho e do capital, quando empregados em terras cada vez menos férteis, a produzir cada vez menos cereais. Também tinha chegado à conclusão de que a taxa de lucro era governada pela produtividade decrescente do trabalho agrícola. A teoria da renda da terra, de Malthus, apresentava, explicitamente, portanto, as idéias que já estavam implícitas na teoria do lucro, de Ricardo. Três semanas após a publicação do panfleto de Malthus, Ricardo publicou um *Ensaio sobre a Influência de um Preço Baixo dos Cereais sobre os Lucros do Capital, Mostrando a Inutilidade das Restrições à Importação*. Nele, formulou pela primeira vez os elementos essenciais de sua teoria da distribuição.

A teoria da renda da terra, de Ricardo, em seus *Princípios*, era uma elaboração coerente da idéia presente em seu *Ensaio*, de 1815. Definia renda da terra como "a parte do produto da terra que é paga ao seu proprietário pelo uso dos poderes originais e indestrutíveis do solo".[4] Sua teoria da determinação da renda baseava-se em duas hipóteses: a primeira era a de que a terra era diferente, em sua fertilidade, e que todas as terras podiam ser ordenadas a partir da mais fértil para a menos fértil; a segunda era a de que a concorrência sempre igualava a taxa de lucro dos fazendeiros capitalistas que arrendassem terra dos proprietários. Sua teoria da renda da terra não pode ser resumida melhor do que ele mesmo o fez. Sua discussão da determinação da renda da terra será, portanto, citada em toda a sua extensão. Mas, antes de ler este trecho, o leitor deve entender a definição que Ricardo deu para *produto líquido*. Produto líquido era a quantidade total produzida, menos todos os custos de produção necessários, inclusive a substituição do capital usado na produção e os salários dos operários. Produto líquido era, portanto, todo o valor excedente criado pelo trabalho, que poderia ser destinado aos lucros ou à renda da terra. A teoria da renda da terra, de Ricardo, é a seguinte, segundo suas próprias palavras:

> É apenas... porque a terra não é ilimitada em sua quantidade nem uniforme em sua qualidade e porque, com o aumento da população, é preciso usar terra de qualidade inferior, que se paga

[1] RICARDO, David. *The Principles of Political Economy and Taxation*. Londres, Dent, 1962, p. 272. Esta é a principal obra de Ricardo sobre teoria econômica. Foi publicada, pela primeira vez, em 1817; apareceu uma segunda edição, em 1819, e uma terceira, em 1821. A edição publicada pela Dent, aqui citada, é uma reimpressão da terceira edição.

[2] Ibid., p. 1.

[3] Ver DOBB, Maurice. *Theories of Value and Distribution since Adam Smith*. Cambridge, Cambridge University Press, 1973, p. 67-69. Grande parte deste capítulo deve muito a este excelente livro. Se o leitor quiser compreender as questões conceituais e analíticas, bem como as questões ideológicas em jogo no debate que prossegue entre os proponentes da teoria do valor-trabalho e da teoria da utilidade, o autor acha que o livro de Dobb é, de longe, a melhor fonte.

[4] RICARDO. *Princípios*, p. 33.

teoria do valor - brasileiros

renda pelo seu uso. Quando, com o progresso da sociedade, se cultivam terras do segundo grau de fertilidade, a terra de primeira qualidade começa imediatamente a dar renda, e o volume desta renda dependerá da diferença de qualidade das duas terras.

Quando se começa a cultivar a terra de terceira categoria, a terra de segunda categoria começa logo a dar renda; que é determinada, como antes, pela diferença de sua capacidade produtiva. Ao mesmo tempo, a renda da terra de primeira categoria aumentará, pois terá sempre que estar acima da renda da segunda, por causa da diferença entre seus produtos com determinada quantidade de capital e trabalho. Toda vez que a população aumenta, o país é obrigado a recorrer à terra de pior qualidade para poder aumentar a oferta de alimentos, e a renda de toda a terra mais fértil aumenta.

Suponhamos, então, que as terras — nºs 1, 2 e 3 — produzam, com o mesmo emprego de capital e trabalho, um produto líquido de 100, 90 e 80 quartos de cereal... Logo que a população tivesse aumentado, tornando necessário cultivar a terra nº 2 ... a terra nº 1 começaria a receber renda; isto porque ou precisaria haver duas taxas de lucro sobre o capital agrícola ou dez quartos... teriam que ser retirados do produto da terra nº 1 para outro cultivo.

Para quem quer que cultivasse a terra nº 1 — seu proprietário ou qualquer outra pessoa — estes dez quartos constituiriam, da mesma forma, renda da terra; isto porque quem estivesse cultivando a terra nº 2 conseguiria o mesmo resultado com seu capital quer cultivasse a terra nº 1, pagando dez quartos de renda, quer continuasse cultivando a terra nº 2, sem pagar renda alguma. Da mesma forma, poder-se-ia mostrar que, quando a terra nº 3 começasse a ser cultivada, a renda da terra nº 2 teria que ser de dez quartos ... enquanto a da terra nº 1 subiria para vinte quartos; isto porque quem estivesse cultivando a terra nº 3 teria o mesmo lucro se pagasse vinte quartos pela renda da terra nº 1, dez quartos pela renda da terra nº 2 ou cultivasse a terra nº 3 sem pagar renda alguma.[5]

Era a concorrência entre os fazendeiros capitalistas que garantia este aumento da renda. Suponhamos que o fazendeiro da terra nº 1, no exemplo de Ricardo, pagasse somente 15 quartos de renda após a terra nº 3 ter começado a ser cultivada. Nesse caso, ele estaria tendo 85 quartos de lucro (100 quartos de produto líquido menos 15 quartos de renda paga) sobre o mesmo capital com o qual os outros dois fazendeiros capitalistas estariam ganhando somente 80 quartos de lucro. Os outros dois fazendeiros capitalistas poderiam aumentar seus lucros dispondo-se a pagar mais renda ao dono da terra nº 1 — digamos, 18 quartos — para poderem cultivar sua terra. Mas, enquanto a renda da terra nº 1 estivesse abaixo de 20 quartos, os capitalistas continuariam tendo um incentivo para fazer subir a renda da terra. Só quando a renda atingisse 20 quartos é que eles não teriam mais este incentivo. Neste ponto, a taxa de lucro seria igual para todos os fazendeiros capitalistas. Ricardo achava que, em geral, a concorrência tenderia a igualar a taxa de lucro de todos os capitalistas. "A vontade constante de todos os empregados do capital" — escreveu ele — "de sair de um negócio menos lucrativo para entrar num negócio mais lucrativo tem uma grande tendência a igualar a taxa de lucro de todos".[6]

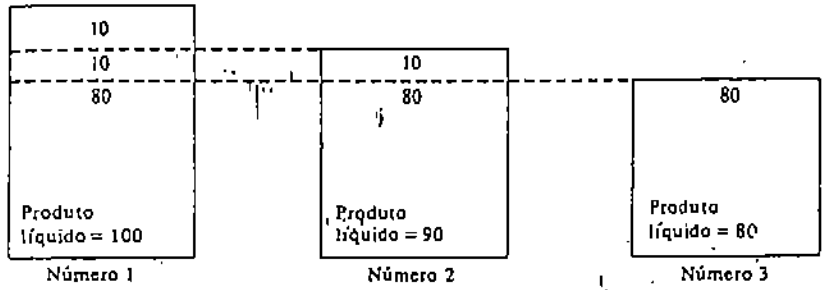
A teoria da renda, de Ricardo, era tão importante para as conclusões de seu modelo econômico que daremos mais exemplos dela. Na Fig. 5.1, as áreas geométricas de cada uma das três barras representam o produto líquido, no exemplo de Ricardo. O produto

[5] Ibid., p. 35-36.

[6] Ibid., p. 48.

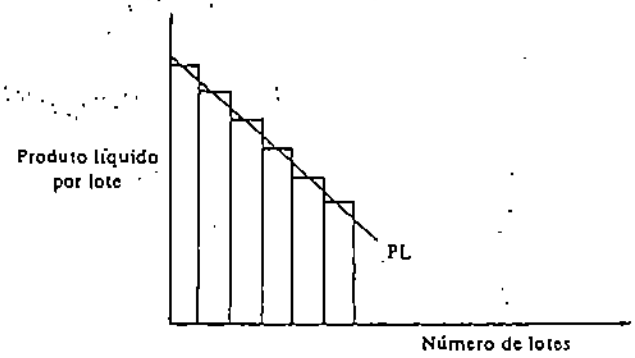
líquido é formado pelo lucro mais a renda da terra, quer dizer, é igual ao produto total menos os salários e a reposição do capital usado na produção. Se apenas a terra nº 1 for cultivada, o fazendeiro capitalista terá um lucro de 100 quartos. Se a terra nº 2 passar a ser usada, a concorrência subirá a renda da terra nº 1 para 10 quartos e cada capitalista ganhará 90 quartos de lucro. Se a terra nº 3 for usada, a concorrência fará com que a renda da terra nº 2 suba para 10 quartos e a da nº 1, para 20 quartos, e cada capitalista ganhará 80 quartos de lucro.

Figura 5.1
Produto Líquido e Renda de Três Lotes de Terra



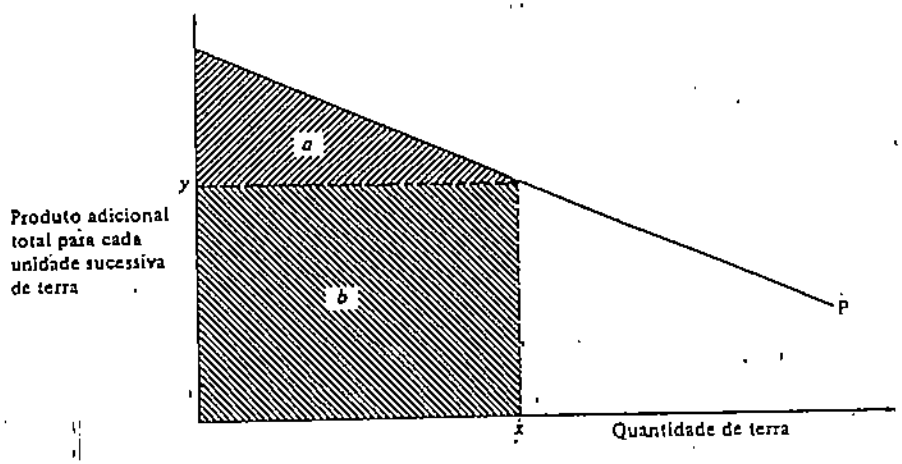
À medida que mais terras forem sendo cultivadas, a quantidade de terra que chamamos de *lote* é arbitrária. Portanto, como estamos supondo que a terra vá ficando cada vez menos fértil, podemos subdividi-la em lotes cada vez menores, cada um dos quais apresentando um produto líquido cada vez menor do que o lote anterior. Representando-se as barras num quadrante cujos eixos indiquem o número de lotes que estão sendo cultivados e o produto líquido por lote, poderíamos ter um gráfico como o da Fig. 5.2. À medida que o tamanho dos lotes vai diminuindo, a parte superior das barras vai tendendo a uma simples reta descendente. Podemos supor que cada unidade de terra seja tão pequena, que se possa usar uma linha reta para mostrar a fertilidade decrescente da terra. Na Fig. 5.2,

Figura 5.2
Produtividade Decrescente na Agricultura



PL é esta linha. Mostra que o produto líquido por pequena unidade de terra diminui à medida que aumenta a quantidade de terra cultivada. Se supusermos que os salários sejam o único custo de produção, os salários pagos por unidade de terra cultivada poderão ser somados à linha *PL* da Fig. 5.2, para mostrar o produto total. O resultado, na Fig. 5.3, é uma linha *P*, que mostra o produto total para qualquer quantidade de terra à medida que a terra cultivada vai aumentando. Enquanto *PL* mostra apenas o produto líquido (lucro menos renda da terra), a linha *P* mostra o produto total (lucro mais renda da terra mais salários). Se estiverem sendo usadas x unidades de terra, o produto total da última unidade pequena (que não paga renda) de terra em uso será y. A área do triângulo *a* será o valor total da renda recebida pela classe dos proprietários de terras; a área do retângulo *b* será o lucro total e os salários recebidos pelos capitalistas e pelos lavradores. Este diagrama será usado a seguir para ilustrar uma das conclusões mais importantes do modelo de Ricardo.

Figura 5.3
Separação da Renda da Terra dos Lucros e dos Salários



A teoria dos lucros, de Ricardo, talvez fosse o elemento mais crucial e básico de toda a sua teoria. Em sua primeira abordagem da teoria do lucro, ele supôs que existisse uma economia simples, onde houvesse proprietários de terras, capitalistas e trabalhadores que só produzissem cereais. Ricardo via o lucro como um excedente. Já vimos que a concorrência igualava os lucros de todos os fazendeiros capitalistas que cultivassem as terras de qualidade superior aos lucros auferidos pelo capitalista que cultivasse a terra marginal, que não pagasse renda alguma. Portanto, os lucros seriam especificados pelos determinantes do lucro do capitalista que cultivasse a terra que não pagasse renda alguma.

Ricardo aceitou a teoria da população de Malthus e seu corolário mais importante: o crescimento populacional tenderia a obrigar os salários dos trabalhadores a baixar para o nível de subsistência. Portanto, o nível de lucro da terra que não pagasse renda seria o produto total desta terra menos a subsistência dos lavradores que trabalhassem nesta mesma terra. Em outras palavras, o lucro seria simplesmente o que restasse, após o pagamento dos salários. Neste modelo de uma só mercadoria, o capital consistia, simplesmente, no cereal que o capitalista "adiantava" aos lavradores como salário. Da mesma forma, a taxa de lucro era a razão entre o produto líquido na terra que não pagava renda e os salários, ambos expressos em cereal. Seguia-se, então, que, enquanto o produto líquido fosse decrescente, à medida que os lotes de terra menos férteis fossem sendo cultivados e enquanto o salário, em termos de cereal, se mantivesse inalterado, a taxa de lucro (o produto líquido além do salário, em termos de cereal) teria que diminuir.

Esta visão dos lucros tem sido chamada de *Teoria do Lucro como Cereal*, de Ricardo.[7] Ele achava que o modelo poderia ser facilmente ampliado, de modo a incluir mercadorias industrializadas, porque, se os aumentos da população diminuíssem a taxa de lucro na agricultura, se a taxa de lucro fosse determinada somente pela produtividade do trabalho e do capital na terra que não pagasse renda e se a concorrência igualasse todas as taxas de lucro, a taxa de lucro, no setor industrial e na agricultura, dependeria somente da produtividade da terra que não pagasse renda.

BASE ECONÔMICA DO CONFLITO ENTRE CAPITALISTAS E PROPRIETÁRIOS DE TERRAS

Podemos, agora, usar o gráfico da Fig. 5.3 para demonstrar a afirmativa de Ricardo, em seu *Ensaio*, de que "o interesse do proprietário de terras sempre se opunha ao interesse de todas as outras classes da comunidade".[8] Ricardo identificava a prosperidade econômica com a acumulação de capital e com o crescimento e a prosperidade econômica promovidos por esta acumulação (como todos os economistas clássicos). Quando os capitalistas auferiam lucros, acumulavam capital, o que resultaria em maior procura de mão-de-obra. O aumento desta procura provocava um aumento do salário de mercado, que ultrapassava o salário natural (de subsistência), e isto levava a um aumento da população. Enquanto os capitalistas continuassem tendo lucro, esta seqüência poderia repetir-se indefinidamente. Enquanto ela se repetisse, a economia estaria crescendo, haveria prosperidade geral e os salários dos trabalhadores ficariam acima do nível de subsistência. Mas a economia tinha dificuldades por causa da produtividade decrescente da agricultura, que fazia com que a renda da terra diminuísse os lucros.

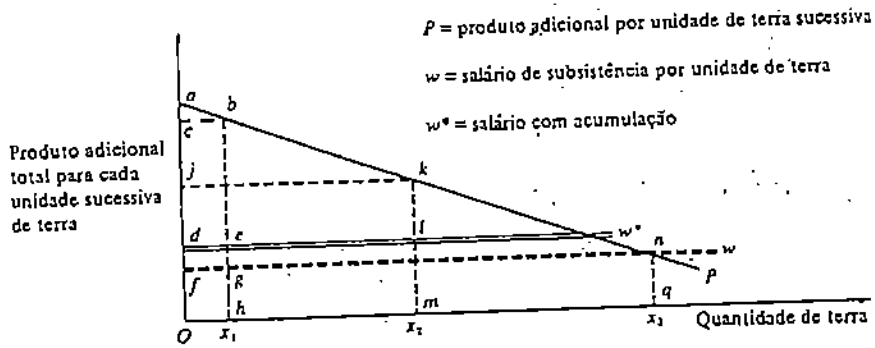
O raciocínio de Ricardo é exemplificado pela Fig. 5.4. Esta figura é idêntica à Fig. 5.3. A única diferença é que foi introduzida a linha *w*, para mostrar o salário de subsistência que precisa ser pago aos lavradores que trabalham numa unidade de terra, e a linha *w**, para mostrar o salário um pouco mais elevado, que prevalecerá enquanto estiver havendo acumulação de capital. Associamos letras a vários pontos do gráfico, para ilustrar nosso raciocínio.

Suponhamos que a economia seja observada num ponto em que x_1 unidades de terra estejam sendo cultivadas. Suponhamos, também, que tenha havido acumulação no passa-

[7] DOBB, *Theories of Value and Distribution*, p. 70.

[8] Ibid., p. 72.

Figura 5.4
Variações da Distribuição da Renda com a Ampliação da Margem de Cultivo



do e que o salário esteja em w^*. Ora, em x_1, a quantidade total de produto destinada à renda da terra seria a área do triângulo *abc*. Os salários seriam a área do retângulo *Ohed* (com o retângulo *fged* representando o excesso dos salários sobre o valor necessário à subsistência). O lucro seria o resíduo ou a área do retângulo *debc*. Com os salários em w^*, acima do nível de subsistência, a população cresceria. Isto exigiria que mais terras fossem cultivadas.

Agora, suponhamos que a população tivesse atingido o ponto em que x_2 fosse a área de terra cultivada. Neste ponto, os salários são determinados pela área do retângulo *Omld*, a renda da terra é a área do triângulo *akj* e os lucros são a área do retângulo *dljk*. Observe-se que, embora o salário se tenha mantido inalterado, o lucro total, como parcela do produto total, bem como a taxa de lucro declinaram substancialmente.

É fácil ver, na Fig. 5.4, que existe um limite para este crescimento econômico. Quando a economia tiver cultivado uma área de terra equivalente a x_3, os salários terão voltado ao nível de subsistência (w); a renda da terra será a área do triângulo *anf* e os salários serão a área do retângulo *Oqnf*. Não haverá lucro e, por isso, os salários voltarão ao nível de subsistência.

Isto explica por que, na luta dos proprietários de terra e dos capitalistas pelo excedente ou produto líquido, Ricardo achava que a diminuição da produtividade na agricultura faria com que os lucros fossem gradativamente sendo comprimidos pela renda cada vez mais alta da terra. Assim, em seu *Ensaio*, Ricardo afirmou que a renda da terra era, "em todos os casos, uma parcela dos lucros previamente conseguidos sobre a terra... Nunca era fruto da receita, sendo sempre uma parte de uma receita que já tinha sido auferida".[9]

No modelo de Ricardo, a renda da terra não era diretamente responsável pela com-

[9] Ibid., p. 71.

pressão do lucro. Representava, isto sim, os aumentos do custo do trabalho, provocados pelo aumento do custo dos cereais — o principal produto para a subsistência dos trabalhadores. Ricardo teve que mostrar como o aumento dos salários redistribuía uma parcela cada vez maior do produto líquido do lucro para a renda da terra. Para isso, supôs um nível constante de preços *médios* (ou um poder aquisitivo constante da moeda). Acreditando que a concorrência igualava todas as taxas de lucro, seguia-se que, quando os preços dos cereais e do trabalho aumentavam, os preços teriam que se ajustar, para igualar a taxa de lucro dos diferentes setores da economia. O trabalho incorporado à produção dos cereais tinha aumentado, porque tinha ficado menos produtivo, à medida que a margem de cultivo ia sendo aumentada. Isto baixava os lucros do setor agrícola. Mas a produtividade do trabalho permanecia a mesma, na indústria, e, por isso, o trabalho incorporado aos produtos industrializados não se alterava. Para a concorrência igualar as taxas de lucro, seria, portanto, necessário que os preços de quase todos os produtos industrializados diminuíssem em relação ao preço dos cereais. Com a hipótese de Ricardo de haver um nível constante de preços médios, o aumento dos preços dos produtos agrícolas teria que ser compensado por uma baixa dos preços de, pelo menos, alguns produtos industrializados. O efeito destas variações de preço seria o restabelecimento de uma taxa de lucro uniforme, em ambos os setores, embora mais baixa. Cada aumento da margem de cultivo resultaria, então, em maior declínio do nível geral de preços dos produtos industrializados (ficando todos os preços, inclusive os preços dos produtos agrícolas, uma vez mais no mesmo nível médio) e numa baixa da taxa geral de lucro. A baixa dos lucros significava uma baixa da taxa de acumulação e, com isso, um atraso do crescimento econômico e uma diminuição do bem-estar social geral.

Com base nestes argumentos, Ricardo se opunha às leis dos cereais. Proibindo a importação de cereais, o Governo inglês estava fazendo com que o setor agrícola usasse terras cada vez menos férteis. Este processo estava diminuindo os lucros e acabaria interrompendo o progresso econômico, se fosse mantido por muito tempo. Em seu debate sobre as leis dos cereais, o argumento de Ricardo era, sem dúvida, mais coerente e lógico que o de Malthus, muito embora ele tenha sido, de modo geral, incapaz de impressionar a maioria dos membros do Parlamento, que representavam os interesses dos proprietários de terras.

Malthus, porém, encontrou muitos fundamentos para atacar o argumento de Ricardo. Uma de suas objeções foi levada muito a sério por Ricardo. Malthus escreveu que

> os lucros dependem dos preços das mercadorias e da causa determinante destes preços, isto é, a oferta, em comparação com a procura ... (enquanto) a teoria do lucro (de Ricardo) depende inteiramente da circunstância de a maioria das mercadorias continuar com o mesmo preço e de o dinheiro continuar com o mesmo valor, qualquer que seja a variação do preço do trabalho ... Nada podemos inferir acerca da taxa de lucro, no caso de subirem os salários nominais, se as mercadorias, em vez de continuarem com o mesmo preço, forem afetadas de modo desigual, algumas subindo, outras descendo, e um número muito pequeno delas permanecendo com preço inalterado.[10]

Ricardo percebeu que, para defender seu modelo desta crítica, precisava elaborar uma teoria dos preços mais adequada. Fez exatamente isso em seus *Princípios*.

[10] Ibid., p. 74.

A TEORIA DO VALOR-TRABALHO

Ricardo começou seus *Princípios* afirmando que, embora todas as mercadorias que tinham valor tivessem que ter utilidade — caso contrário, não poderiam ser colocadas no mercado — a utilidade não estabelecia o valor. Disse ele o seguinte: "Possuindo utilidade, as mercadorias recebem seu valor de troca de duas fontes: de sua escassez e da quantidade de trabalho necessária para sua obtenção."[11] Na página seguinte, afirmava que a escassez era importante, apenas, para as mercadorias que não pudessem ser reproduzidas livremente. Algumas mercadorias, como "estátuas e quadros raros, livros e moedas raras e vinhos de determinada qualidade", tinham um valor "totalmente independente da quantidade de trabalho inicialmente necessário para sua produção, que variava de acordo com a riqueza e as inclinações daqueles que tivessem vontade de possuí-las".[12]

Mas estas mercadorias não tinham qualquer importância, na opinião de Ricardo. As mercadorias, em sua grande maioria — insistia ele — "podem ser multiplicadas... quase que sem limite, se estivermos dispostos a empregar o trabalho necessário para sua obtenção".[13] Sua teoria do valor só se interessava pelas mercadorias que podiam ser reproduzidas livremente.

Um dos argumentos que seriam apresentados por posteriores proponentes da teoria do valor-utilidade era o de que suas teorias eram mais gerais que a de Ricardo. Os teóricos da utilidade diriam que todos os preços dependem, em última análise, "do grau de riqueza e das inclinações dos que têm vontade de possuir as mercadorias". A vantagem desta maior generalidade da teoria da utilidade não teria, porém, impressionado Ricardo. Ele não acreditava que estes poucos produtos de luxo não reprodutíveis tivessem qualquer importância para a determinação das leis que afetam a distribuição do "produto da terra ... entre as três classes da comunidade",[14] sendo, portanto, sem importância em seu efeito sobre a acumulação de capital, esta, sim, o principal determinante do bem-estar de um país. "À medida que o capital de um país diminui" — escreveu Ricardo — "seu produto, necessariamente, diminui ... com uma reprodução constantemente decrescente, os recursos do povo e do estado baixarão com uma rapidez cada vez maior, seguindo-se o sofrimento e a ruína."[15]

A teoria do valor-trabalho permitiu que Ricardo se concentrasse nas forças que influenciavam a acumulação de capital. A teoria da utilidade nunca contribuiu para que estas forças fossem entendidas (por razões que serão discutidas em outros capítulos). Por isso, Ricardo não ficou impressionado com o fato de a teoria da utilidade poder explicar os poucos preços dos produtos de luxo que não podiam ser reproduzidos, ao passo que a teoria do valor-trabalho só podia explicar os preços das mercadorias que podiam ser reproduzidas livremente. Em outros capítulos, argumentaremos que a teoria do valor-trabalho se concentra nos *aspectos sociais da produção e da troca das mercadorias*, ao passo que a teoria do valor-utilidade só se concentra nos *aspectos individuais da troca*. A maior generalidade desta teoria tem um preço muito alto.

"Se a quantidade de trabalho incorporada às mercadorias estabelecer seu valor de troca" — escreveu Ricardo — "todo aumento da quantidade de trabalho terá que aumentar o valor da mercadoria em que ele for empregado, e toda diminuição terá que baixar este valor."[16] Ele não tinha dúvida alguma da importância disso: "O fato de ser realmente este o fundamento do valor de troca de todas as coisas, exceto as que não podem ser aumentadas pelo trabalho humano, é uma doutrina da máxima importância, em Economia Política."[17]

Ricardo formulou a teoria, apresentando-a, primeiro, como a hipótese simplificada de que os preços das mercadorias eram estritamente proporcionais ao trabalho nelas empregado, durante o processo produtivo. Depois, descreveu com algum detalhe como este princípio simples teria que ser modificado, devido a uma variedade de circunstâncias especiais. Acreditava que estas modificações fossem inteiramente explicáveis de modo sistemático e coerente e que, portanto, não constituíam argumentos contra a teoria do valor-trabalho, mas que mostravam, isto sim, a complexidade e o realismo da teoria.

Começou citando com aprovação a afirmativa já mencionada de Adam Smith:

> Se, numa nação de caçadores, por exemplo, o trabalho de matar um castor, habitualmente, custar o dobro do trabalho de matar um veado, um castor deverá, naturalmente, ser trocado por dois veados. É natural que o produto habitual de dois dias ou de duas horas de trabalho valha o dobro do produto habitual de um dia ou de uma hora de trabalho.[18]

Diversamente de Smith, Ricardo achava que sua afirmativa era tão válida para uma sociedade capitalista quanto para o estado "inicial e rude" da sociedade. Na sociedade capitalista, porém, eram necessárias várias qualificações e modificações da afirmação da simples proporcionalidade entre o trabalho incorporado e os preços. Antes de fazer estas modificações, Ricardo discutiu e, depois, refutou duas objeções à teoria do valor-trabalho. Estas eram, primeiramente, a de que não era possível combinar tipos diferentes de trabalho com habilidades diferentes e salários diferentes; a segunda era a de que a teoria do valor-trabalho não explicava a maior produtividade possibilitada pelos recursos naturais e pelo capital. Estas objeções têm sido repetidas de vez em quando, desde quando foram feitas as primeiras formulações da teoria do valor-trabalho, até hoje. Portanto, as respostas de Ricardo a elas são de considerável interesse.

Considerando o problema das diferentes habilidades e dos diferentes salários dos trabalhadores, Ricardo se interessou, principalmente, pelas *variações* dos preços relativos no tempo, isto é, interessou-se em saber por que os preços dos produtos agrícolas aumentavam com o tempo, em relação aos preços dos produtos industrializados. Apenas com este objetivo, estava muito certo, quando afirmou que a estrutura geral das várias habilidades

[11] RICARDO. *Princípios*, p. 5.

[12] Ibid., p. 6.

[13] Ibid.

[14] Ibid., p. 1.

[15] Ibid., p. 95.

[16] Ibid., p. 7.

[17] Ibid.

[18] Ibid., p. 6-7.

do trabalho e dos vários salários, "uma vez estabelecida, era pouco variável".[19] Daí tirou uma conclusão válida:

> Portanto, comparando-se o valor da mesma mercadoria em diferentes ocasiões, quase não é preciso levar em conta a qualificação e a intensidade relativas do trabalho necessário para a produção da mercadoria em questão, já que elas têm a mesma influência em ambas as ocasiões.[20]

Quando, porém, a teoria do valor-trabalho é usada para explicar a estrutura exata dos preços relativos em determinado momento, esta solução para o problema é insuficiente. Numa frase, Ricardo mencionou, por alto, a idéia crucial que viria a ser a base das soluções adequadas posteriores para este problema: "qualquer que seja o tempo necessário para adquirir uma espécie de habilidade manual mais do que outra, ele continua mais ou menos inalterado de uma geração para outra".[21] Outras formulações da teoria do valor-trabalho usaram esta noção de que as diferenças de habilidade poderiam ser reduzidas ao tempo gasto na aquisição destas habilidades para mostrar que o trabalho qualificado era criado com trabalho. O trabalho qualificado poderia, então, ser reduzido a um múltiplo do simples trabalho não-qualificado, no cálculo de todo o trabalho incorporado a uma mercadoria. A principal razão pela qual Ricardo não chegou a esta solução — a que Marx, mais tarde, chegaria — foi o fato de ele não achar que a própria força de trabalho fosse uma mercadoria cujo valor era determinado da mesma forma que o das outras mercadorias. O reconhecimento de Marx do fato de que a força de trabalho era uma mercadoria cujo preço podia ser explicado da mesma maneira que os preços de outras mercadorias foi um dos principais pontos em que ele foi além de Ricardo na elaboração da teoria do valor-trabalho.

A resposta de Ricardo à acusação de que a teoria do valor-trabalho não levava em conta os aumentos da produtividade possibilitados pela terra e pelo capital foi, contudo, mais adequada, e continua até hoje sendo parte integrante da teoria do valor-trabalho. Argumentava ele que as ferramentas e as máquinas eram produtos *intermediários* do trabalho, que só eram criados porque contribuíam para o fim último de produção de uma mercadoria para consumo. A produção era uma série de trabalhos que introduzia uma transformação nos recursos naturais, que passavam de formas em que não podiam ser usadas, sob a qual existiam antes da ação humana, a formas que tinham valor de uso. Sem um ambiente a ser transformado, não poderia haver produção, quer dizer, os seres humanos nem mesmo poderiam existir. Considerar, porém, o ambiente produtivo por si mesmo era atribuir atividade humana à matéria inerte. A produção, e daí a criação de valor de troca, era um esforço estritamente humano que envolvia apenas trabalho. Ricardo insistiu que os recursos encontrados na natureza

> nos são úteis, aumentando as quantidades produzidas, tornando os homens mais ricos, criando valor de uso, mas, como eles fazem seu trabalho gratuitamente — pois nada se paga pelo uso do ar, do calor ou da água — a assistência que eles nos prestam nada acrescenta ao valor na troca.[22]

[19] Ibid., p. 12.

[20] Ibid.

[21] Ibid.

[22] Ibid., p. 191.

Ricardo tinha, com certeza, conhecimento de que se pagava renda aos proprietários dos recursos naturais; na verdade, como vimos, grande parte de seus *Princípios* era dedicada à análise da renda da terra. A produção continuava sendo apenas uma atividade de seres humanos. Em termos de custos humanos, ele estava certo ao afirmar que os recursos naturais fazem "seu trabalho gratuitamente". Citou, com completo acordo e aprovação, as seguintes frases de Adam Smith: "O preço real de tudo ... é o trabalho de adquiri-lo ... O trabalho era o primeiro preço — o dinheiro da compra inicial que era pago por todas as coisas."[23]

Os recursos naturais eram, então, os objetos que o trabalho transformava em produção, mas existiam simplesmente de graça e não eram um custo social de produção. O capital era, meramente, um determinado número de produtos do trabalho humano, que representava recursos que só eram parcialmente transformados em suas formas utilitárias finais. Um tear, por exemplo, era produzido pelo trabalho, com o único fito de ajudar a produção de tecido. Portanto, um tear incorporava parte do trabalho que acabava sendo incorporado ao tecido. Diante disso, um tear podia ser visto meramente como parte do tecido produzido. Produzir era uma atividade humana. Em vez de dizer que o tecelão e o tear tinham, ambos, contribuído para a produção de tecido, Ricardo dizia que o tecelão e o operário que tinha produzido o tear tinham contribuído para a produção do tecido. Vejamos os termos do próprio Ricardo quanto a esta questão:

> No cálculo do valor de troca de meias, por exemplo, verificaremos que seu valor, em relação ao valor de outras coisas, depende da quantidade total de trabalho necessário para fabricá-las e trazê-las para o mercado. Primeiro, existe o trabalho necessário para cultivar a terra em que se plantará o algodão; segundo, o trabalho de levar o algodão para o país onde as meias serão fabricadas, que inclui parte do trabalho com a construção do navio em que ele será transportado, cobrado no frete das mercadorias; terceiro, o trabalho do fiandeiro e do tecelão; quarto, uma parcela do trabalho do engenheiro, do ferreiro e do carpinteiro que construíram os edifícios e produziram as máquinas que ajudam a produzir as meias; o trabalho do comerciante varejista e de muitos outros, que não é preciso particularizar. A soma agregada destes vários tipos de trabalho determina a quantidade de outras coisas pelas quais estas meias serão trocadas, e as várias quantidades de trabalho empregadas nestas outras coisas determinarão, da mesma forma, a quantidade dessas coisas que terá que ser dada em troca das meias.[24]

Ao reconhecer o fato de que a contribuição das máquinas para a produção era, realmente, apenas a contribuição do trabalho passado, Ricardo estava repetindo o que Smith havia deduzido e que sempre serviu como ponto de partida da teoria do valor-trabalho. Ricardo, porém, tinha uma visão não-histórica do capitalismo, segundo a qual as relações sociais do capitalismo eram consideradas como naturais ou eternas. Portanto, via toda a História anterior, simplesmente, como o desenvolvimento das instituições do capitalismo. Por isso, cometeu um erro fundamental ao afirmar que o capital era, em toda a parte e sempre, idêntico às ferramentas e máquinas, bem como aos outros meios de produção. "O capital" — escreveu ele — "é a parte da riqueza de um país empregada na produção e consiste em alimentos, roupas, ferramentas, matérias-primas, máquinas etc., necessários

[23] Ibid., p. 6.

[24] Ibid., p. 14-15.

ao trabalho."[25] Assim, Ricardo afirmou que, "mesmo no estágio inicial a que Adam Smith se refere, seria necessário algum capital — muito embora talvez produzido e acumulado pelo próprio caçador — para ele poder matar sua caça".[26] Ricardo achava que, se os trabalhadores fizessem e possuíssem seu próprio capital, este não resultaria num sistema de preços diferente do que existiria quando "todos os implementos necessários... (à produção) pertencessem a uma classe de homens e o trabalho empregado ... ficasse por conta de outra classe".[27]

Tendo chegado a esta conclusão, Ricardo raciocinou que, quando os trabalhadores possuíssem seu próprio capital, uma parte de suas rendas consistiria em lucros e a outra em salários. O sistema de fixação de preços funcionaria exatamente da mesma maneira, mas cada pessoa seria, ao mesmo tempo, um trabalhador e um capitalista. O erro de Ricardo foi não ter percebido que, embora sempre tivessem sido usadas ferramentas na produção, nunca tinham sido auferidos lucros com a simples posse das ferramentas e que as pessoas nunca sequer tinham imaginado ou concebido mentalmente a existência de lucros pela simples propriedade do capital, até uma classe conseguir um monopólio da propriedade dos meios de produção e ter surgido outra classe, que só podia existir vendendo uma mercadoria — sua força de trabalho — no mercado. Então, o capital só passou a existir quando surgiu esta relação de classe, mas sempre existiram ferramentas, desde que os homens passaram a produzir. Coube a Thomas Hodgskin, que será discutido no Cap. 7, reconhecer que a característica verdadeiramente essencial do capital era que ele refletia uma determinada relação social.

Tendo afastado as duas objeções previamente mencionadas à teoria do valor-trabalho, Ricardo considerou, em seguida, a objeção que tinha feito Adam Smith abandonar a teoria. Como Ricardo só considerou a produção agrícola com uma margem de cultivo da terra que não pagava renda, juntamente com a indústria, todos os preços podiam ser traduzidos em salários e lucros. A renda da terra — conforme será lembrado — era uma renda residual determinada pelo preço dos produtos agrícolas (que, por sua vez, dependiam da área total cultivada). A renda não era, portanto, uma parte componente dos custos que determinavam os preços, mas um resíduo determinado pelos preços. Por isso, na análise dos custos de produção que determinariam o preço natural de uma mercadoria, Ricardo só considerou os lucros e os salários. Suas definições de preços naturais e de preços de mercado eram idênticas às de Smith, com exceção de que a renda da terra não era um componente dos custos necessários de produção. Sua discussão de como a oferta e a procura, igualando todas as taxas de lucro, tendiam a fazer com que o preço de mercado igualasse o preço natural também era muito parecida com a de Smith. O problema da teoria do valor-trabalho era mostrar como os preços naturais, cada um sendo a soma dos custos dos salários e dos custos dos lucros, eram determinados pelo trabalho incorporado à produção das mercadorias.

[25] Ibid., p. 53.

[26] Ibid., p. 13.

[27] Ibid., p. 13-14.

DETERMINAÇÃO DE PREÇOS COM DIFERENTES COMPOSIÇÕES DE CAPITAL

Smith — como já dissemos — tinha percebido que, para os preços serem proporcionais às quantidades de trabalho incorporadas às mercadorias, era necessário que a razão entre os lucros e os salários fosse igual para todas as mercadorias. Como, porém, a concorrência tendia a igualar a taxa de lucros sobre diferentes capitais, uma razão igual entre lucros e salários implicava, necessariamente, uma razão igual entre capital e trabalho na produção de cada mercadoria. Ele tinha percebido que a quantidade de capital por trabalhador diferia bastante de uma indústria para outra e que era provável que tais diferenças sempre existissem. Portanto, abandonou a noção de que a quantidade de trabalho incorporado à mercadoria determinava o seu valor. Usou, então, uma teoria simples dos preços, baseada no custo de produção.

Tanto Ricardo quanto Marx acreditavam que a concorrência tendia a igualar as taxas de lucro de diferentes capitais. Também achavam que o preço natural (ou preço de equilíbrio) era igual ao custo de produção, quando o trabalho e o capital recebessem as taxas socialmente médias de salários e lucros. Ambos perceberam, porém, que, como os salários e os lucros são preços ou derivados de outros preços, não seria possível explicar os preços em geral sem se encontrar uma causa ou um determinante que não fosse também um preço. Em nossa discussão da teoria de Adam Smith, no Cap. 3, explicamos por que sua teoria dos preços em geral era circular, não sendo, portanto, adequada. Para Ricardo e Marx, o trabalho incorporado às mercadorias servia como fator causal ou determinante — e que não era um preço. A teoria do valor-trabalho e a teoria do valor-utilidade (que serão discutidas em outros capítulos) são as únicas teorias coerentes que chegaram a soluções para estes problemas.

Ricardo tinha, então, que mostrar que, mesmo com diferentes razões entre capital e trabalho, a teoria do valor-trabalho poderia ser modificada para mostrar uma relação sistemática entre o trabalho incorporado a uma mercadoria e seu valor de troca. O problema pode ser percebido facilmente se se imaginarem duas firmas capitalistas. Na primeira, o capital do proprietário consiste quase que inteiramente em um fundo para pagar os salários dos operários, durante o período de produção, para que a mercadoria que está sendo produzida possa ser vendida. Na segunda, o capital do proprietário consiste basicamente em máquinas caras, e apenas uma pequena parcela consiste em um fundo para o pagamento de salários. Se no primeiro período de produção cada firma empregar 100 operários, o preço da mercadoria da primeira firma terá, então, que ser igual aos salários dos 100 operários, mais os lucros de — digamos — 10% do fundo com o qual o capitalista pagou os salários. O preço da mercadoria da segunda firma será maior. A segunda mercadoria contém o trabalho dos 100 operários, mais parte do trabalho dos operários que produziram as máquinas caras. O segundo preço incluirá, então, os salários dos 100 operários, mais os 10% de lucro sobre o fundo dos salários do capitalista, mais o custo das máquinas usadas na produção, mais o lucro de 10% sobre o dinheiro investido pelo capitalista nas máquinas. Suponhamos que, quando estes custos forem somados, o preço da segunda mercadoria seja o dobro do preço da primeira.

Suponhamos, agora, que, no próximo período de produção, por qualquer razão, os salários aumentem. Dado o mesmo nível de produto e o mesmo nível de emprego de trabalho, e usando as mesmas técnicas de produção, é óbvio que os salários mais altos resul-

tarão num decréscimo dos lucros; mas, se o trabalho incorporado às mercadorias for o único determinante de seus preços, os preços relativos deverão manter-se inalterados, pois o trabalho incorporado não mudou.

Consideremos, agora, os novos preços. Os salários constituíam aproximadamente 90% do custo da primeira mercadoria, e os lucros constituíam 10%. O aumento dos salários terá um efeito muito grande sobre o novo preço, e o decréscimo da taxa de lucro terá um efeito relativamente pequeno. Não há dúvida de que o preço da primeira mercadoria subirá substancialmente. Os salários constituíam uma percentagem relativamente pequena do custo da segunda mercadoria, de modo que o impacto do aumento dos salários sobre seus custos totais será relativamente pequeno. Os custos da maquinaria usada na produção da mercadoria podem subir ou descer, dependendo do impacto do aumento salarial sobre a firma que produza essas máquinas; mas incluídos nos custos da segunda mercadoria estão os lucros, não só sobre o fundo dos salários, como também sobre a maquinaria cara usada em sua produção. Portanto, o efeito da nova taxa mais baixa de lucro será muito maior sobre os custos da segunda mercadoria do que sobre os da primeira.

Surgem três possibilidades relativas à variação do preço da segunda mercadoria. Primeiramente, o menor aumento dos custos salariais pode mais do que compensar o declínio de seus custos, causado pela menor taxa de lucro. Nesse caso, seu preço subirá, mas a uma percentagem muito menor do que o aumento do preço da primeira mercadoria. Em segundo lugar, seus custos salariais mais elevados podem ser exatamente iguais aos seus custos do lucro mais baixo e, neste caso, o preço permanecerá inalterado. Em terceiro lugar, a diminuição dos custos do lucro pode ser maior do que o aumento dos custos salariais e, nesse caso, o preço baixará. (A título de simplificação, ignoramos quaisquer mudanças dos preços que a segunda firma teria que pagar por sua maquinaria, em decorrência da variação dos salários.)

Em cada um destes três casos surge um fato claro: quer o preço da segunda mercadoria suba ou baixe, o preço da primeira aumentará muito mais do que o preço da segunda. Portanto, a razão entre os preços não mais será de dois para um; a primeira mercadoria terá um preço relativamente mais alto. A razão pode descer para 1,5 por 1, por exemplo. Tudo o que podemos deduzir deste exemplo é que a segunda mercadoria ainda terá que ter um valor mais alto (pois tem os mesmos custos salariais, mas também tem custos de maquinaria), enquanto que a diferença entre os dois preços tem que baixar (pois o preço da primeira mercadoria aumenta em relação ao da segunda). O ponto mais importante a ser observado é que *a razão entre os preços variou, ao passo que as quantidades de trabalho incorporado às duas mercadorias permaneceram inalteradas*. Foi isso que motivou Adam Smith a abandonar a teoria do valor-trabalho.

A tarefa de Ricardo era explicar sob que condições uma variação dos salários levaria a uma variação dos preços relativos, muito embora as quantidades de trabalho incorporado às mercadorias permanecessem inalteradas. Isto era particularmente importante para Ricardo, porque ele tinha argumentado que o aumento da margem de cultivo agrícola aumentaria os preços dos cereais, que os preços mais altos dos cereais necessitariam de salários mais altos para manter os operários a nível de subsistência e que salários mais altos sempre diminuiriam a taxa geral de lucro e o nível médio de preços dos produtos industrializados. Ele teve que usar a teoria do valor-trabalho para demonstrar como todos estes

efeitos eram fruto de um aumento da margem de cultivo. Afirmou ele que havia três situações nas quais uma variação dos salários alteraria os preços relativos, isto é, três situações em que os preços não seriam proporcionais ao trabalho incorporado.

Primeiramente, as "proporções ... nas quais o capital destinado a pagar o trabalho e o capital investido em ferramentas, maquinaria e prédios podem ser combinadas".[28] Foi este o caso de nosso exemplo anterior, em que a razão entre os fundos salariais dos capitalistas e o valor de sua maquinaria diferia. Ricardo dividia o capital em *capital fixo* e *capital circulante*. Neste, incluía o dinheiro para o pagamento de salários, as matérias-primas e, em geral, todo capital que fosse usado imediatamente num período de produção. O capital fixo era todo capital que tivesse maior durabilidade. Se ambos estivessem em proporções diferentes, em dois processos produtivos, os preços não seriam proporcionais ao trabalho incorporado à produção. Em segundo lugar, "as ferramentas, os implementos, os prédios e a maquinaria empregada em diferentes indústrias poderiam ter diferentes graus de durabilidade".[29] Neste caso, mesmo que a mão-de-obra direta usada na produção e o custo da maquinaria realmente usada na produção fossem iguais, o capitalista que tivesse muito mais máquinas duráveis teria mais dinheiro investido em maquinaria. Uma taxa igual de lucro significaria que este capitalista receberia lucros maiores, em relação ao trabalho incorporado à produção, do que os recebidos pelo capitalista que tivesse menos maquinaria durável. Portanto, os dois preços não seriam proporcionais ao trabalho incorporado à produção. A terceira situação era aquela em que (o capital de diferentes capitalistas) "voltava para o seu empregador em prazos diferentes".[30] Um capitalista que imobilizasse seu capital por um prazo mais longo receberia um lucro mais do que proporcionalmente maior do que um capitalista que usasse o fator trabalho a prazo mais curto.

Na verdade, os três casos especiais de Ricardo são, tão-somente, maneiras diferentes de encarar o mesmo fenômeno. Como este fenômeno é muito importante em todas as versões da teoria do valor-trabalho, desde Ricardo até hoje, discuti-lo-emos de modo completo.

Cada um dos três casos apresentados por Ricardo pode ser caracterizado de duas maneiras. Primeiro, se considerarmos como capital meras mercadorias previamente produzidas, usadas como insumos para a produção, em todos os casos, a razão entre as mercadorias e o trabalho empregado na produção será diferente. Lembrando-nos de que Ricardo via o capital como a simples incorporação de trabalho passado aos insumos como mercadorias usadas no momento na produção, poderíamos dizer isso da seguinte maneira: em cada um dos três casos, a razão entre o trabalho passado (incorporado às mercadorias) e o trabalho presente é diferente. Segundo, tão logo introduzimos as palavras *passado* e *presente*, introduzimos uma dimensão temporal na produção. Nos três casos citados por Ricardo, também é verdade que, se a produção é vista como uma seqüência de insumos de trabalho no tempo, existem diferentes seqüências de tempo de insumos de trabalho

[28] Ibid., p. 18.

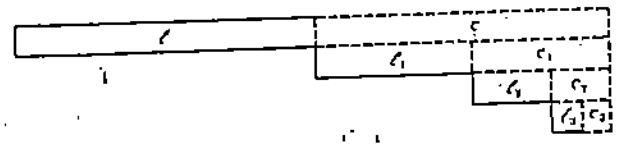
[29] Ibid.

[30] Ibid., p. 24.

em cada um deles. Ambas as maneiras de se mostrar o elemento comum, em cada um dos três casos citados por Ricardo, são equivalentes.

Ilustraremos, agora, o efeito de diferentes razões entre capital e trabalho (trabalho passado/trabalho presente). Primeiramente, na Fig. 5.5, vemos como o capital pode ser reduzido a uma série de insumos de trabalho ordenado no tempo. As barras da fileira de

Figura 5.5
Redução do Capital a Trabalho Passado



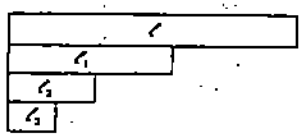
cima representam os insumos produtivos do trabalho (ℓ) e as mercadorias previamente produzidas (c). As mercadorias foram produzidas no período anterior pelo trabalho (ℓ_1) e pelas mercadorias (c_1). Estas mercadorias foram, por sua vez, produzidas, no período anterior, pelo trabalho (ℓ_2), pelas mercadorias (c_2) e assim por diante. Em cada caso, a barra que representa as mercadorias é construída com linhas interrompidas para mostrar que estas mercadorias podem ser substituídas por trabalho e mercadorias usadas no período anterior.

Na Fig. 5.6, simplesmente tiramos os retângulos com linhas interrompidas que representam as mercadorias. Esta retirada reflete o fato de cada uma das barras referentes às mercadorias ter sido reduzida a trabalho e mercadorias anteriores. Em algum ponto, as mercadorias restantes ficarão suficientemente reduzidas, podendo ser ignoradas. Sobra, apenas, no processo produtivo, uma série de trabalho ordenado no tempo. Na Fig. 5.6, o trabalho presente é chamado de ℓ; o trabalho passado tem um índice que indica quantos períodos passados ele representa.

Chegamos à raiz da dificuldade, quando percebemos que o lucro é recebido sobre o capital de todo o período durante o qual o capitalista é obrigado a imobilizar seus recursos no processo produtivo. No processo simbolizado na Fig. 5.6, por exemplo, o capitalista contratou trabalho, representado por ℓ_3, três anos antes (admitindo-se que cada período seja de um ano). O trabalho incorporado às mercadorias produzidas por ℓ_3 só dará frutos como mercadoria acabada *de consumo* no fim do período atual. Há três anos o capitalista pagou salários de ℓ_3. No fim daquele ano, o valor dos produtos intermediários produzidos por ℓ_3 foi o custo do trabalho mais os lucros auferidos pelo capitalista por ter imobilizado seu dinheiro neste processo produtivo. No fim do ano seguinte (dois anos antes), o capitalista calculou de novo seus lucros, desta vez sobre os custos iniciais de salário e os lucros do período anterior que ainda estavam imobilizados na produção. Repete-se o mesmo processo todos os anos, de modo que os custos iniciais, há três anos, aumentem a uma *taxa composta* todo ano.

Por exemplo, se os custos dos salários de ℓ_3 forem \$ 100 e a taxa de lucros for de 10%, em todo o período, o capitalista terá duas opções: pode investir seus \$ 100 no começo de uma série de processos de produção de um ano e, depois, reinvestir toda a quantia todos os anos, inclusive seus lucros auferidos no período anterior; pode, também, investir no projeto de quatro anos, ilustrado na Fig. 5.6. Se escolher a primeira alternativa, receberá \$ 110 no fim do primeiro ano. Reinvestindo toda a quantia, receberá \$ 121 no fim do segundo ano e \$ 133,10 no fim do terceiro. Portanto, se o projeto de quatro anos der o mesmo lucro, as mercadorias que representam a parcela do capital que incorpora o trabalho ℓ_3 terão que ter o valor de \$ 133,10 no início do último ano, e os lucros da produção do último ano terão que ser de \$ 13,31 sobre esta parcela do capital. Então, o trabalho ℓ_3, que custa inicialmente \$ 100 ao capitalista, acaba gerando \$ 146,41, que são somados ao preço da mercadoria. Destes \$ 146,41, retornam ao capitalista suas despesas iniciais de \$ 100 com salários e \$ 46,41 são seu lucro, por ter imobilizado \$ 100 de capital durante

Figura 5.6
Seqüência de Trabalho Ordenado no Tempo



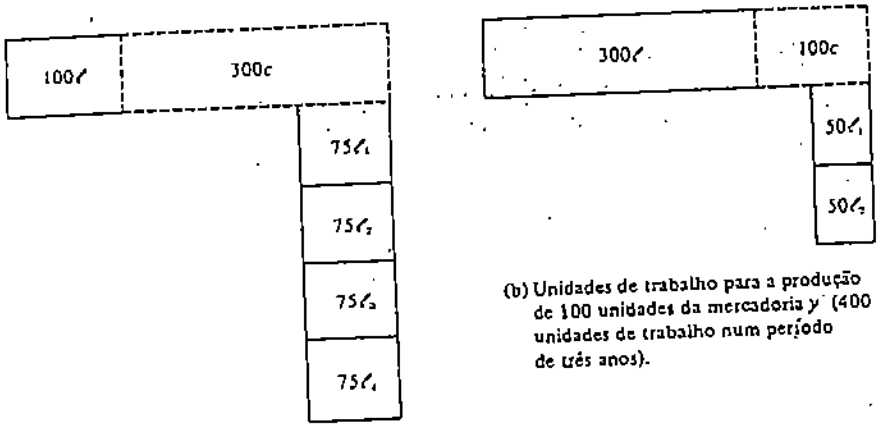
quatro anos. Ele acabará com a mesma quantia se investir em quatro empreendimentos separados por um período de um ano, em que receba um lucro de 10%, desde que reinvista, todo ano, seus \$ 100 iniciais, mais todos os lucros que tenha auferido até aquela data.

É por isso que — segundo as palavras de Ricardo — tanto um maior volume de capital por operário quanto um prazo de produção mais longo dariam o mesmo resultado. Se o capitalista tivesse imobilizado \$ 100 apenas durante dois anos, o valor de seu capital, no início do último ano, seria \$ 110 (\$ 100 mais \$ 10 de lucro do ano anterior), ao passo que, se tivesse imobilizado seus \$ 100 durante os quatro anos, o valor de seu capital, no início do último ano, seria \$ 133,10 (\$ 100, mais os \$ 10 de lucro do primeiro ano, mais os \$ 11 de lucro do segundo ano e mais os \$ 12,10 de lucro do terceiro ano). Assim, o valor do capital é maior no processo de quatro anos do que no processo de dois anos, apesar de os custos iniciais do salário (e, portanto, o trabalho inicial incorporado ao capital) terem sido os mesmos, em ambos os casos.

UM EXEMPLO NUMÉRICO DE DETERMINAÇÃO DE PREÇO

Embora os exemplos numéricos de determinação de preço sejam bastante monótonos, quase todos os leitores entenderão o princípio com mais facilidade, se forem dados exemplos, em vez de confiarmos somente em fórmulas matemáticas abstratas. Portanto, daremos um exemplo numérico de: (1) como diferentes razões capital/trabalho resultam em preços não proporcionais ao trabalho incorporado e (2) como variações dos salários alteram estes preços. Na Fig. 5.7 são ilustrados dois processos de produção. Na parte *a*, 400 unidades de trabalho incorporado produzem 100 unidades da mercadoria *x* e, na parte *b*, 400 unidades de trabalho incorporado produzem 100 unidades da mercadoria *y*. São

Figura 5.7
Dois Processos de Produção com a Mesma Quantidade de Trabalho, mas com Diferentes Composições de Capital



(a) Unidades de trabalho necessárias para a produção de 100 unidades da mercadoria x (400 unidades de trabalho num período de cinco anos).

(b) Unidades de trabalho para a produção de 100 unidades da mercadoria y (400 unidades de trabalho num período de três anos).

necessárias 100 unidades de trabalho presente (chamado de ℓ) e 300 unidades de trabalho passado (chamado de c), empregadas uniformemente, à taxa de 75 unidades por ano nos quatro anos anteriores, para se produzir x. São necessárias 300 unidades de trabalho atual e 100 unidades de trabalho passado, aplicados à taxa de 50 unidades por ano, nos dois anos anteriores, para produzir y. Obviamente, se os preços fossem proporcionais ao trabalho incorporado, ambos seriam iguais. Todavia, a mercadoria x tem não só mais trabalho passado, como também um prazo maior de produção; tem, portanto, uma razão mais elevada entre o capital e o trabalho presente. Supomos que todas as mercadorias utilizadas como insumos tenham sido usadas por completo no fim de cada processo produtivo.

Faremos dois cálculos simples, usando as fórmulas de produção da Fig. 5.7. No primeiro, supomos que os salários sejam de $ 1,00 por unidade de trabalho e que a taxa de lucro seja de 50%. No segundo, supomos que os salários sejam de $ 2,00 por unidade de trabalho e que a taxa de lucro baixe para 10%. (Os cálculos dos exemplos foram feitos com variações muito grandes nas taxas de lucros e nos salários para ilustrar de modo claro o que queremos dizer.)

Podemos ver, no Quadro 5.1, que, com estas taxas de lucro e com estes salários, o preço de x é mais do dobro do preço de y, mesmo que ambos tenham incorporado 400 unidades de trabalho às 100 unidades de mercadoria. A diferença está, inteiramente, nos maiores lucros que entraram no cálculo do custo de x, em cada etapa do processo de produção.

Agora, vamos supor que o salário médio suba para $ 2,00 por unidade de trabalho. Com a mesma quantidade de produção dividida entre capitalistas e trabalhadores, segue-se

que a taxa de lucro tem que cair. Suponhamos que a taxa de lucro caísse para 10%. Quando Ricardo disse que salários mais altos sempre implicam lucros mais baixos, estava comparando duas situações, em que as técnicas de produção e as quantidades produzidas eram as mesmas. O Quadro 5.2 mostra os cálculos do novo salário e do novo lucro.

Podem-se fazer três observações importantes na comparação dos resultados dos Quadros 5.1 e 5.2. Primeiramente, a mudança dos salários altera substancialmente os preços relativos de x e de y; enquanto o preço de x é mais do dobro do preço de y, no Quadro 5.1, é apenas um pouco mais elevado no Quadro 5.2. Isto ilustra o fato de que é a diferença dos lucros que faz com que os preços não sejam proporcionais ao trabalho incorporado. No Quadro 5.2, os lucros são muito menores e, por isso, o desvio da razão dos preços, em relação à razão do trabalho, também é muito menor. Se os salários subissem a ponto de não haver mais lucros, os preços de x e de y seriam iguais, refletindo o trabalho total igual a eles incorporado.

O segundo ponto a ser observado é que os quadros ilustram por que Ricardo rejeitou a afirmativa de Adam Smith de que um aumento dos salários sempre aumenta os preços de todas as mercadorias produzidas pelo trabalho. No Quadro 5.2, o preço da mercadoria

Quadro 5.1
Custos e Preços quando os Salários são de $ 1,00 e a Taxa de Lucro é de 50%

	A. Custo do trabalho (número de unidades vezes salário)	*B. Custo da maquinaria (custo do trabalho passado composto anualmente pela taxa de lucro)*	*C. Custo do lucro (taxa de lucro vezes soma de A e B)*	*D. Custo total (A + B + C)*	*E. Preço por unidade (D dividido por 100)*
Mercadoria x	$ 100,00	$ 914,08	$ 507,04	$ 1521,12	$ 15,21
Mercadoria y	$ 300,00	$ 187,50	$ 243,75	$ 731,25	$ 7,31

Quadro 5.2
Custos e Preços quando os Salários são de $ 2,00 e a Taxa de Lucro é de 10%

	A. Custo do trabalho (número de unidades vezes salário)	*B. Custo da maquinaria (custo do trabalho passado composto anualmente pela taxa de lucro)*	*C. Custo do lucro (taxa de lucro vezes soma de A e B)*	*D. Custo total (A + B + C)*	*E. Preço por unidade (D dividido por 100)*
Mercadoria x	$ 200,00	$ 765,78	$ 96,58	$ 1062,36	$ 10,62
Mercadoria y	$ 600,00	$ 231,00	$ 83,10	$ 914,10	$ 9,14

x baixou de $ 15,21 para $ 10,62 em decorrência da duplicação dos salários. O erro de Smith foi sua incapacidade de considerar o fato de que, em qualquer nível de produção, os capitalistas e os trabalhadores estão concorrendo, antagonicamente, pelo produto do trabalho. Quando a técnica de produção permanece inalterada e a quantidade produzida se mantém constante, um aumento dos salários só pode ser conseguido com um decréscimo da taxa de lucro. Este fato era central no argumento de Ricardo. Se os salários aumentarem, a queda conseqüente da taxa de lucro diminuirá os preços das mercadorias nas quais o componente referente ao lucro for grande, em custos.

O terceiro ponto importante ilustrado nos dois quadros é o seguinte: enquanto a taxa de lucro for positiva, a mercadoria x também terá uma razão capital/trabalho mais alta que a mercadoria y. Isto foi usado por Ricardo como duas regras sistemáticas para a previsão do desvio das razões de preço em relação às razões de trabalho: primeiro, enquanto a taxa de lucro for positiva, as razões dos preços serão diferentes das razões do trabalho, no mesmo sentido das diferenças entre as razões de capital por operário. Em outras palavras, de dois processos produtivos que incorporem a mesma quantidade de trabalho, o processo que tiver mais capital por operário atual sempre terá um preço mais alto. Mais capital por operário atual quer dizer a mesma coisa que Ricardo estava dizendo, quando caracterizou um processo produtivo como tendo uma razão mais alta entre capital durável e capital circulante, maior durabilidade da maquinaria ou um prazo mais longo de retorno do capital empregado pelo capitalista.[31] Segundo, quanto maior for a taxa de lucro, maior será o desvio das razões dos preços em relação às razões do trabalho.

DISTRIBUIÇÃO DE RENDA E A TEORIA DO VALOR-TRABALHO.

Podemos, agora, voltar à discussão da teoria do valor, de Ricardo, e ver como sua teoria do valor estava ligada às conclusões por ele tiradas em seu modelo anterior da teoria simples dos lucros, baseada nos cereais. No modelo mais simples, só se produziam cereais, e a taxa de lucro era dada pela razão entre o produto líquido por lavrador na terra marginal e que não pagava renda (ou o produto líquido menos as rendas por lavrador em todas as terras) e a quantidade de produto por lavrador, necessária para a sobrevivência dos lavradores, tudo isso expresso em termos de cereais. O lugar da teoria do trabalho de Ricardo, em sua teoria geral da distribuição, foi sucintamente definido por Maurice Dobb, um grande estudioso das idéias de Ricardo:

> Usando a teoria do valor-trabalho, Ricardo estava, na verdade, substituindo cereais por trabalho como a quantidade que expressava, como uma coisa só, o produto, os salários e o excedente. O lucro era, agora, concebido como o excedente ou a diferença residual entre a quantidade de trabalho necessário para permitir a subsistência da força de trabalho e toda esta força de trabalho.[32]

Nas palavras do próprio Ricardo, do valor total produzido pelo trabalho,

> parte do que sobra daquele valor, após o pagamento da renda, é consumida pelos produtores, e é isto — e apenas isto — que regula os lucros . . .
>
> Assim, chegamos novamente à mesma conclusão a que tentamos chegar anteriormente: em todos os países e em todas as épocas, os lucros dependem da quantidade de trabalho necessária para suprir as necessidades dos trabalhadores da terra ou que trabalham com capital que não gera renda alguma.[33]

Eram, então, o valor total do que era produzido e sua divisão entre as três principais classes da sociedade que interessavam a Ricardo. O valor dependia do trabalho incorporado às mercadorias, mas diferenças de valor do capital por operário causariam variações de preço. "Ao estimar ... as causas das variações do valor das mercadorias" — escreveu ele — "embora fosse errado omitir inteiramente a consideração do efeito provocado por um aumento ou por uma baixa do (salário do) trabalho, seria igualmente incorreto atribuir muita importância a ele".[34]

Estas variações eram relativamente sem importância, por duas razões. Primeiramente, Ricardo acreditava que elas seriam muito pequenas.[35] Em segundo lugar, quando se levavam em conta as quantidades agregadas — de que tratavam suas teorias da distribuição e da acumulação — as variações das razões de preço, em relação às razões de trabalho, seriam eliminadas. Era óbvio que, se todos os processos de produção tivessem a mesma composição de capital, estas razões seriam iguais. Pelo mesmo raciocínio, quaisquer mercadorias que fossem produzidas por processos com a *composição de capital socialmente média* sempre teriam preços proporcionais ao trabalho nelas incorporado. As mercadorias produzidas com mais capital do que a média social teriam seus preços "diminuídos com o aumento dos salários e aumentados com a queda dos salários", ao passo que as que fossem produzidas com menos capital do que a média social "aumentariam com o aumento dos salários e diminuiriam com a queda dos salários".[36] Seguia-se, desta definição de média, que os desvios para cima da média compensavam exatamente os desvios para baixo da média. Também se poderia deduzir que qualquer mercadoria "produzida exatamente com as mesmas combinações de capital fixo e capital circulante que todas as outras", ou com a mesma combinação que a média social, "seria uma medida perfeita de valor",[37] porque seu preço dependeria somente do trabalho nela incorporado.

Quando Ricardo levou em conta uma economia complexa, os agregados de produto líquido e salários se compunham de muitas mercadorias. Para medir estes agregados e,

[31] A questão, porém, é mais complicada do que sugere nossa discussão. Em um livro muito importante, publicado em 1960, um discípulo atual de Ricardo mostrou que, quando se comparam dois processos de produção, é possível que seus padrões de tempo de insumo de trabalho sejam de tal ordem que, em certo intervalo de salários (ou de taxas de lucro), um processo tenha um valor mais alto de capital por operário, ao passo que, em outro intervalo de salários (ou taxas de lucro), o outro processo tenha um valor mais alto de capital por operário. SRAFFA, Piero. *The Production of Commodities by Means of Commodities*. Cambridge, Cambridge University Press, 1960. p. 1-95. Discutiremos alguns resultados importantes do livro de Sraffa no Cap. 17.

[32] DOBB. *Theories of Value and Distribution*, p. 74.

[33] RICARDO. *Princípios*, p. 75-76.

[34] Ibid., p. 22-23.

[35] Ibid., p. 23, 26.

[36] Ibid., p. 27.

[37] Ibid., p. 28.

daí, chegar a uma taxa de lucro, Ricardo teria que encontrar uma mercadoria cujo preço não variasse quando os salários e os lucros variassem. As outras mercadorias poderiam, então, ser medidas em termos desta mercadoria, e o valor dos agregados seria invariável em relação a variações de salários e lucros. Se ele não conseguisse encontrar esta mercadoria, seus agregados refletiriam não só as quantidades de mercadorias realmente produzidas pelo trabalho, como também a distribuição de renda. Além do mais, como vimos em nosso exemplo numérico anterior, o conhecimento de até que ponto o preço de uma mercadoria se afastaria da proporcionalidade, em relação ao trabalho nela incorporado, quando sua produção envolvesse uma composição de capital que se desviasse da média social, dependia de um conhecimento prévio da taxa de lucro. Em outras palavras, a teoria dos preços, de Ricardo, exigia que a taxa de lucro fosse determinada antes de se calcular o desvio das razões dos preços em relação às razões de trabalho incorporado.

Por estas razões, era muito importante para Ricardo encontrar uma mercadoria que fosse produzida em condições socialmente médias, que servisse de "medida invariável de valor".[38] Embora tanto Smith quanto Malthus tenham buscado esta medida, foi Ricardo quem primeiro compreendeu toda a importância de ela ser encontrada. Esta medida é, até hoje, uma importante preocupação dos teóricos que defendem uma teoria do valor-trabalho. Infelizmente, Ricardo não conseguiu encontrar qualquer mercadoria que pudesse defender como medida invariável de valor. Limitou-se a aceitar em caráter provisório o ouro como sendo esta medida, sabendo que ele, em realidade, não o era.

Com base em sua teoria do valor-trabalho, Ricardo conseguiu dar uma base teórica muito mais sofisticada ao simples modelo distributivo ilustrado na Fig. 5.4. A essência de sua teoria pode ser percebida, de acordo com suas próprias palavras, nas seguintes citações:

> A tendência natural dos lucros é, então, o declínio; isto porque, com o progresso da sociedade e com o aumento da riqueza, a quantidade adicional de alimentos necessários é obtida com o sacrifício de cada vez mais trabalho.[39]

> Mas, suponhamos que os cereais subam de preço por ser necessário mais trabalho para sua produção; isto não aumentará o preço dos produtos industrializados em cuja produção não seja preciso qualquer acréscimo de trabalho ... Mas se — como é absolutamente certo — os salários devem subir com o aumento dos cereais, os lucros devem, obrigatoriamente, diminuir.[40]

> Todo aumento de salário ... diminuiria o valor relativo das mercadorias que tivessem sido produzidas com um capital de natureza durável e aumentaria o valor das mercadorias produzidas com capital mais perecível.[41]

> Na estimativa ... das causas das variações do valor das mercadorias ... seria ... incorreto atribuir muita importância a (variações causadas pelo aumento dos salários) ... Todas as grandes variações ocorridas no valor relativo das mercadorias ... (são) provocadas pela maior ou menor quantidade de trabalho que pode ser necessária ... para sua produção.[42]

[38] Ibid., p. 27-30.

[39] Ibid., p. 71.

[40] Ibid., p. 64.

[41] Ibid., p. 25.

[42] Ibid., p. 22-23.

> As mercadorias ... estarão sujeitas a ... uma pequena variação ... em função do aumento ou da diminuição dos salários e dos lucros. ... mas estes lucros seriam diferentes se os preços das mercadorias não variassem com um aumento ou uma queda da taxa de lucro.[43]

> Se um fabricante vender sempre seus produtos pelo mesmo preço, seus lucros dependerão do preço do trabalho necessário para sua fabricação ... Então, os lucros diminuiriam proporcionalmente ao aumento dos salários; mas, se o preço do produto bruto aumentar, pode-se indagar se o fazendeiro, pelo menos, não teria a mesma taxa de lucro, embora devesse pagar mais salários. É claro que não, pois ele não só terá que pagar, juntamente com o fabricante, um aumento de salários a cada um de seus trabalhadores, como também será obrigado a pagar renda da terra ou a empregar um maior número de trabalhadores para conseguir o mesmo produto; e o aumento do preço do produto bruto só será proporcional à renda ou ao acréscimo de trabalhadores, e não o compensará pelo aumento dos salários.[44]

> Quando os lucros, afinal, caíssem, não haveria motivo algum para acumulação, pois ninguém acumula sem a intenção de tornar esta acumulação produtiva, e só quando é produtiva é que ela influi nos lucros. Sem motivo, não poderia haver acumulação alguma.[45]

O resultado desta falta de acumulação seria uma interrupção do progresso econômico, uma queda do salário de mercado ao nível de subsistência, o sofrimento e a pobreza social generalizada. Este era o estado estacionário de Ricardo. Alguns historiadores afirmam que a teoria de Ricardo era pessimista e sombria, porque seu modelo parecia implicar a inevitabilidade do estado estacionário. Outros afirmam que sua teoria estava errada, porque não previa as mudanças tecnológicas que deveriam ocorrer na produção agrícola nos séculos XIX e XX, mudanças estas que deveriam resultar num aumento mais ou menos contínuo da produtividade da agricultura. Ambas estas avaliações da teoria de Ricardo baseiam-se em mal-entendidos.

Ricardo via a sociedade de acordo com a perspectiva da teoria do trabalho ou da produção. Concentrou-se nitidamente nos dois principais conflitos de classe de sua época e, em sua teoria, os interesses dos operários e dos capitalistas eram opostos. "Se os salários subirem" — repetia ele — "os lucros terão, necessariamente, que cair".[46] Da mesma forma, os interesses dos capitalistas e dos proprietários de terras eram sempre opostos. Sua teoria não era uma tentativa de prever o que, de fato, iria acontecer no século seguinte. Era uma tentativa de influenciar o Parlamento em questões e políticas que estavam sendo debatidas na época. Ricardo queria, particularmente, ver abolidas as leis dos cereais.

Quanto às três classes antagônicas, Ricardo argumentou, como Malthus, que, devido à sua tendência a aumentar o tamanho de suas famílias, quando sua renda aumentasse, os operários sempre estariam próximos do nível de subsistência. No conflito entre proprietários de terras e capitalistas, ele queria mostrar que os interesses dos proprietários de terras sempre se opunham ao bem-estar geral da sociedade, ao passo que os dos capitalistas estavam sempre de acordo com o bem-estar geral da sociedade.

A Inglaterra só não enfrentou uma crise de produção de alimentos nos séculos XIX e

[43] Ibid., p. 26-27.

[44] Ibid., p. 64-65.

[45] Ibid., p. 72-73.

[46] Ibid., p. 64.

XX porque abandonou as leis dos cereais, tendo permitido a livre importação de alimentos e porque a produtividade agrícola aumentou durante todo aquele período. Considerando-se as duas citações seguintes dos *Princípios*, de Ricardo, é óbvio que ele tinha consciência desses remédios:

> Esta tendência ... (à queda dos lucros) é, felizmente, interrompida de tempos em tempos pelos aperfeiçoamentos da maquinaria ligada à produção das mercadorias necessárias, bem como pelas descobertas da ciência agrícola.[47]

> Um país pequeno porém fértil – principalmente se permitir livremente a importação de alimentos – pode acumular muito capital sem uma grande diminuição da taxa de lucro ou um grande aumento da renda da terra.[48]

Ele estava, simplesmente, tentando persuadir os legisladores a aceitar o fato de que os interesses dos proprietários de terras se opunham a ambas as fontes de melhoria do bem-estar social e econômico da Inglaterra. A oposição dos legisladores à livre importação de alimentos era óbvia. Ele também argumentou que os aperfeiçoamentos da tecnologia agrícola teriam o efeito imediato de diminuir o trabalho incorporado aos cereais e baixar os preços agrícolas. O efeito imediato seria uma redução da renda da terra, mesmo que outros aumentos da área cultivada pudessem acabar recuperando ou superando esta renda. Os proprietários de terras, de modo geral, se opunham a qualquer coisa que baixasse imediatamente a renda. Ricardo concluiu que

> o interesse do proprietário de terras é sempre oposto ao do consumidor e do fabricante ... As relações entre o proprietário de terras e o público não eram como as do comércio, em que se podia dizer que tanto o vendedor quanto o comprador ganhavam; naquele tipo de relação, a perda era somente de um dos lados e o ganho ficava todo para o outro.[49]

A IMPOSSIBILIDADE DA SUPERPRODUÇÃO

A teoria de Malthus, segundo a qual a demanda agregada insuficiente era a causa da superprodução ou das depressões periódicas, era a base de sua recomendação de que os proprietários de terras deveriam receber uma participação maior da produção nacional. Da mesma forma, Ricardo se opôs a esta teoria. Primeiramente, conforme vimos no último capítulo, ele argumentou que o fato de o capitalista subsidiar o consumo improdutivo do proprietário de terras dar-lhe-ia tanto lucro quanto um incêndio em seu depósito, que destruísse parte de suas mercadorias. Em segundo lugar, Ricardo argumentou que as forças da oferta e da procura ajustariam automaticamente os preços e a composição do produto agregado, de modo que uma superprodução geral fosse impossível. Neste último argumento propôs uma análise que era, em seus elementos essenciais, idêntica à proposta pelo economista francês J. B. Say. A análise é, em geral, associada a Say (na verdade é chamada *Lei de Say*) e será explicada com mais alguns detalhes no capítulo seguinte. Esta tem sido uma doutrina influente com muitos seguidores até hoje.

[47] Ibid., p. 71.

[48] Ibid., p. 76.

[49] Ibid., p. 225.

O argumento é relativamente simples. Ele afirma que os capitalistas só produzem aquilo de que eles mesmos não necessitam, porque pretendem trocá-lo por algo de que realmente necessitam. A moeda faz a intermediação na troca, mas não é desejada por si mesma. Uma pessoa produz uma mercadoria apenas para poder obter uma mercadoria diferente. Quando troca sua mercadoria por moeda, tem a intenção de trocar a moeda por outra mercadoria. Como a própria moeda não tem qualquer propriedade útil, que não o fato de poder comprar outra mercadoria, ninguém quer entesourá-la. Portanto, a produção cria sua própria procura. Para cada dólar de mercadorias produzidas por um capitalista, este mesmo capitalista tem um dólar de procura de outras mercadorias. Ricardo apresentou este argumento de modo bastante sucinto:

> Ninguém produz, a não ser para consumir ou vender, e só se vende com a intenção de comprar uma outra mercadoria, que possa ser imediatamente útil ou que possa contribuir para a produção futura. Produzindo, então, passa a ser necessariamente o consumidor de suas próprias mercadorias ou o comprador e o consumidor das mercadorias produzidas por outrem.[50]

> Produtos são sempre comprados por produtos ou por serviços; a moeda é apenas o meio através do qual se faz a troca. Pode ser produzido um excesso de determinada mercadoria, que pode sobrar tanto no mercado, que nem consegue recuperar o capital nela empregado; isto, porém, não pode acontecer para todas as mercadorias ao mesmo tempo.[51]

Ricardo sabia que a década anterior ao aparecimento da terceira edição de seus *Princípios* tinha testemunhado condições econômicas de depressão geral e de desemprego generalizado. A explicação que ele deu foi parecida com a que seria dada nos 150 anos que se seguiram por teóricos que queriam acreditar que o capitalismo criava automaticamente o pleno emprego, apesar da persistência das crises e das depressões cíclicas:

> Um grande país industrial está particularmente exposto a reveses e contingências temporárias, provocadas pelo deslocamento do capital de um emprego para outro ... A procura de qualquer mercadoria está sujeita não só aos desejos, mas também aos gostos e ao capricho das compras... Quando a procura de uma mercadoria diminui, os que se dedicam à sua fabricação enfrentam muitas aflições e, sem dúvida, algum prejuízo; isto se faz sentir não só por ocasião da mudança mas durante todo o intervalo em que eles estejam deslocando seus capitais e o trabalho que possam empregar de um para outro emprego.[52]

Explicou, então, as depressões de sua época simplesmente como o ajuste necessário aos padrões anormais de oferta e procura durante os anos de guerra que a precederam.

MAQUINARIA COMO CAUSA DE DESEMPREGO INVOLUNTÁRIO

Durante seu debate com Malthus, porém, Ricardo fez uma grande concessão, na terceira edição de seus *Princípios*. Acrescentou o Cap. 31, intitulado *Sobre a Maquinaria*. Neste capítulo, ele discutiu a possibilidade de a nova maquinaria que deslocava o trabalho do processo de produção poder ser prejudicial aos trabalhadores. No primeiro capítu-

[50] Ibid., p. 192-193.

[51] Ibid., p. 194.

[52] Ibid., p. 175.

lo, ele discutira os efeitos da introdução de novos tipos de maquinaria que poderiam diminuir os custos de produção do capitalista. Supusera que isto levaria à maior produção e a menores preços das mercadorias produzidas por esta maquinaria. Portanto, concluíra que toda a sociedade se beneficiaria com a maquinaria.

> O fabricante ... que ... puder recorrer à máquina ... (diminuirá os custos) de produção de sua mercadoria e terá vantagens peculiares se puder continuar cobrando o mesmo preço pelas mercadorias; mas ....ficará obrigado a diminuir o preço de suas mercadorias, caso contrário o capital será atraído para o seu ramo, até seus lucros terem baixado ao nível geral. Desse modo, o público fica beneficiado com a maquinaria.[53]

Sua crença de que o público sempre se beneficiaria com a introdução de maquinaria baseava-se no pressuposto de que os preços de mercado diminuiriam sem problemas e rapidamente e que o trabalho seria realocado sem problemas e rapidamente para aumentar o volume da produção. Seus debates com Malthus convenceram-no de que isto não ocorreria necessariamente. Em sua terceira edição dos *Princípios*, Ricardo começou o novo Cap. 31 dizendo o seguinte:

> Desde que voltei pela primeira vez minha atenção para as questões de Economia Política, tenho sido de opinião que ... uma aplicação de maquinaria a qualquer ramo de produção, de modo a poupar trabalho, seria de modo geral boa e só traria aqueles inconvenientes que, na maioria dos casos, se fazem presentes na retirada de capital e de trabalho de um emprego e em seu deslocamento para outro emprego. Parecia-me que ... os proprietários de terras ... se beneficiariam com a queda dos preços de algumas mercadorias em que (suas) rendas eram gastas ... Achava eu que o capitalista se acabaria beneficiando precisamente da mesma maneira. Na verdade, quem teve a idéia de introduzir a máquina ... teria uma vantagem adicional, sob a forma de grandes lucros, durante algum tempo; mas, à medida que a máquina entrasse em uso generalizado, o preço da mercadoria produzida baixaria, por causa do efeito da concorrência, até chegar ao seu custo de produção, quando o capitalista teria os mesmos lucros que antes, ... (mas ele) poderia, com a mesma receita nominal, ter mais conforto e prazer. A classe dos trabalhadores também — em minha opinião — se beneficiaria da mesma forma ... já que teria como comprar mais mercadorias com o mesmo salário nominal.[54]

Ricardo afirmou, depois, que ainda achava que os capitalistas e os proprietários de terras se beneficiariam com esta mudança na tecnologia de produção, mas "que a substituição de trabalho humano por maquinaria é, muitas vezes, muito prejudicial aos interesses da classe operária".[55] Isto ocorria porque os trabalhadores seriam, inicialmente, desviados da produção de mercadorias que pagavam salários para a produção de bens de capital. No período seguinte, haveria menos mercadorias que pagavam salários e, conseqüentemente, menor procura de trabalho, porque a procura de trabalho era limitada pela disponibilidade de mercadorias que pagavam salários. Quando a nova maquinaria fosse posta em uso, exigiria alguns operários, mas não voltariam ao trabalho tantos operários quantos tivessem sido despedidos anteriormente, porque a maquinaria tinha sido feita apenas para reduzir o número de operários necessários para produzir determinada quantidade e, portanto, reduzir os custos de salários do capitalista e aumentar seus lucros. Assim, a renda líquida da sociedade (lucros e renda da terra) poderia ser aumentada, enquanto a renda bruta (lucros, renda da terra e salários) estaria sendo diminuída. Nesse caso, muitos trabalhadores seriam "despedidos do emprego", e uma grande parte da classe operária "ficaria como excedente, em comparação com os recursos financeiros para empregá-la".[56]

Ricardo concluiu "que a opinião da classe trabalhadora de que o emprego de máquinas era, muitas vezes, prejudicial aos seus interesses, não se baseava em preconceito ou erro, mas estava de acordo com os princípios corretos de Economia Política".[57] Esta conclusão significava que ele concordava com Malthus, ao afirmar que o mercado poderia não ser muito eficaz na realocação dos recursos, quando houvesse uma mudança nas condições de produção, e que o resultado poderia ser uma depressão crônica no mercado de trabalho, que reduziria a produção total da economia. Também significava que a fé de Ricardo na acumulação de capital, como a principal força que aumentaria o bem-estar econômico de toda a sociedade, era infundada. Ele simpatizava, claramente, mais com a classe capitalista do que com a sociedade como um todo. Concluiu o capítulo afirmando o seguinte: "Espero que as afirmativas que fiz não sejam interpretadas como sugestão de que não se deva incentivar o uso de máquinas."[58] Esta esperança *não* se baseava num plano de melhorar as condições dos operários. Isto porque ele ainda achava que, como "todos os outros contratos, os salários devem ficar por conta da livre e justa concorrência no mercado, nunca devendo ser controlados pela interferência do Legislativo".[59]

A TEORIA DAS VANTAGENS COMPARATIVAS E O COMÉRCIO INTERNACIONAL

Ricardo foi o primeiro economista a argumentar coerentemente que o livre comércio internacional poderia beneficiar dois países, mesmo que um deles produzisse todas as mercadorias comerciadas mais eficientemente do que o outro. Também foi um dos primeiros economistas a argumentar que, como o capital era relativamente imóvel entre as nações, era preciso elaborar uma teoria separada do comércio internacional, diferenciado do comércio interno do país.

Ricardo argumentava que um país não precisa ter uma *vantagem absoluta* na produção de qualquer mercadoria, para que o comércio internacional entre ele e outro país seja mutuamente benéfico. Vantagem absoluta significava maior eficiência de produção ou o uso de menos trabalho na produção. Dois países poderiam beneficiar-se com o comércio, se cada um tivesse uma *vantagem relativa* na produção. Vantagem relativa significava, simplesmente, que a razão entre o trabalho incorporado às duas mercadorias diferia entre os dois países, de modo que cada um deles poderia ter, pelo menos, uma mercadoria

[53] Ibid., p. 26.

[54] Ibid., p. 263-264.

[55] Ibid., p. 264.

[56] Ibid., p. 266.

[57] Ibid., p. 267.

[58] Ibid., p. 269.

[59] Ibid., p. 61.

na qual a quantidade relativa de trabalho incorporado seria menor do que a do outro país. O Quadro 5.3 é uma reprodução do exemplo de Ricardo para ilustrar o princípio das vantagens comparativas.

Quadro 5.3
Número de Horas Necessárias para a Produção de uma Unidade de Tecido e de Vinho; na Inglaterra e em Portugal

	Tecido	*Vinho*	*Razão entre o preço do vinho e o preço do tecido*	*Razão entre o preço do tecido e o preço do vinho*
Inglaterra	100	120	1,20	0,83
Portugal	90	80	0,88	1,12

Neste quadro, Portugal tem uma vantagem absoluta na produção de vinho e de tecido, quer dizer, são necessárias menos horas de trabalho para produzir ambas as mercadorias em Portugal do que o número de horas necessárias para sua produção na Inglaterra. Se supusermos que os preços do vinho e do tecido são proporcionais ao trabalho incorporado a eles, tanto na Inglaterra como em Portugal as razões de ambos os preços, em cada país, serão idênticas à razão de horas de trabalho necessárias para a produção das mercadorias, em cada país.

Em Portugal, são necessárias 90 horas para a produção de uma unidade de tecido e 80 horas para a produção de uma unidade de vinho. Isto quer dizer que o vinho precisa apenas de 88% do trabalho exigido pelo tecido e que o preço do vinho equivale a apenas 88% do preço do tecido. Na Inglaterra, o trabalho incorporado ao vinho e seu preço equivalem a 120% do trabalho e do preço do tecido. Então, Portugal usa *relativamente* menos trabalho na produção de vinho, e o preço é *relativamente* mais baixo. Por outro lado, Portugal usa 112% do trabalho incorporado à produção de vinho para produzir tecido e, uma vez mais, o preço do tecido equivale a apenas 83% do preço do vinho. Assim, a Inglaterra usa *relativamente* menos trabalho para produzir tecido, muito embora use mais trabalho, em termos absolutos; portanto, a Inglaterra tem uma vantagem relativa na produção de tecido.

Agora, suponhamos que os portugueses só estejam produzindo vinho (a mercadoria em que têm uma vantagem comparativa) e resolvam comprar tecido. Têm duas maneiras de conseguir tecido — desviando algum trabalho da produção de vinho para a produção de tecido ou trocando vinho por tecido com a Inglaterra. Suponhamos que, havendo comércio, ele seja feito com base na razão de preços da Inglaterra. Para produzir uma unidade de tecidos, serão necessárias 90 horas-homem. Isto quer dizer que os portugueses têm que interromper a produção de 1,12 unidade de vinho, para cada unidade de tecido que produzirem, mas se trocarem com a Inglaterra, à razão dos preços vigentes na Inglaterra, só precisarão abrir mão de 0,83 unidade de vinho para cada unidade de tecido. É óbvio que o comércio deixaria os portugueses com uma quantidade total maior de vinho e de tecido do que se eles produzissem ambas as mercadorias.

Analogamente, se a Inglaterra só estiver produzindo tecido, mas puder trocar à razão de preços de Portugal, não deverá produzir vinho. Para produzir vinho, teria que desistir de 1,2 unidade de tecido para cada unidade de vinho produzida, enquanto poderia abrir mão de apenas 0,88 unidade de tecido em troca de uma unidade de vinho, se comerciasse com Portugal.

É óbvio que ambos os países se poderiam beneficiar, se cada um deles pudesse comerciar à razão de preços do outro país. Ambos os países se poderiam também beneficiar, se comerciassem a uma razão de preços que fosse intermediária entre as razões de preços de cada país. A razão entre o preço do vinho e o preço do tecido é de 1,2, na Inglaterra, e de 0,88, em Portugal. Se ambos os países comerciassem na base de um por um, uma unidade de tecido por uma unidade de vinho, ambos poderiam consumir um total conjunto maior de vinho e tecido do que se cada um deles produzisse ambas as mercadorias.

Isto explica, então, a teoria das vantagens comparativas, de Ricardo. Com esta base, ele argumentou que o livre comércio seria benéfico para ambos os países. Toda ampliação do comércio "contribuiria bastante decididamente para aumentar a massa de mercadorias e os benefícios totais".[40] Toda restrição ao comércio, portanto, reduziria a "soma dos benefícios". Este princípio era, então, outro elo no ataque generalizado de Ricardo às "leis dos cereais".

HARMONIA SOCIAL E CONFLITO DE CLASSES

A escolha das palavras de Ricardo ilustra um dos principais temas deste livro: a teoria do valor-utilidade ou qualquer abordagem da economia que tenda a igualar preços e utilidade, de modo geral, defende a idéia de que existe uma harmonia social engendrada pela "mão invisível" do mercado livre. Quando Ricardo afirmou que o livre comércio aumentaria o "total de benefícios" de cada país, estava meramente repetindo o princípio de Adam Smith, segundo o qual o livre comércio aumenta a utilidade ou os "benefícios" de ambas as partes, na troca. Quando este princípio passa a ser o ponto central da análise econômica, o remédio para quase todos os problemas de privação material humana se transforma em um problema de ampliação do mercado ou de tornar mais livre a troca e o comércio. Se esta política fosse adotada, todos pareceriam beneficiar-se e, portanto, todos os interesses estariam em harmonia.

Para a conclusão de Ricardo poder ser tirada a partir de suas premissas, ele tinha que supor que, se a Inglaterra importasse a mercadoria relativamente mais cara, o preço mais alto desta mercadoria seria um índice razoável do aumento do "total dos benefícios". Em outras palavras, suponhamos que só os proprietários de terras e os capitalistas bebessem vinho e que os trabalhadores não tivessem tecido suficiente para aquecer-se. A perspectiva da teoria do valor-trabalho tenderia a concentrar-se nas circunstâncias que tivessem levado à expropriação de tanto produto do trabalho sob a forma de renda da terra e lucros; mas a teoria da utilidade pressupõe, em geral, que as leis da propriedade e a distribuição da riqueza sejam fixas ou "naturais" e, conseqüentemente, tenderia a concen-

[40] Ibid., p. 77.

trar-se no fato de que os capitalistas e os proprietários de terras prefeririam gastar seu excedente com tecido e vinho, em vez de gastá-lo apenas com tecido. O livre comércio aumentaria os benefícios dos que fossem ricos e que tivessem alto poder aquisitivo, mas não necessariamente os benefícios da classe operária.

Ricardo poderia ter sugerido, por exemplo, que a importação de vinho fosse proibida até todo operário ter uma quantidade suficiente de tecido. Alguns argumentariam, certamente, que isto aumentaria mais o bem-estar social do que a importação de mais vinho para os capitalistas e proprietários de terras. Ele, porém, não fez isso: pelo contrário, insistiu em que o livre comércio maximizaria o "total dos benefícios".

Este ponto ilustra que a mesma contradição por nós discutida nos escritos de Adam Smith estava presente nas teorias de Ricardo. Quase todos os *Princípios*, de Ricardo, baseiam-se na teoria do valor-trabalho ou no ponto de vista da produção. O livro está cheio de discussões sobre os conflitos de classe básicos entre as três classes. "Pode-se estabelecer uma questão com mais clareza" – indagou ele – "do que afirmar-se que os lucros têm que diminuir com o aumento dos salários?"[61] Ou, mais uma vez, "o interesse do proprietário de terras é sempre oposto ao do consumidor e ao do industrial".[62] Quase todo o seu livro era uma análise dos fatores que estavam por trás desses conflitos.

A teoria da História, de Adam Smith, parava no capitalismo, por ele considerado o estágio mais alto possível da evolução social. Por esta razão, Smith tendia a achar que as relações de propriedade e a distribuição da riqueza, no capitalismo, eram determinadas e fixas. Só quando estas diferenças de classe fossem vistas como determinadas e fixas é que Smith poderia argumentar em favor da utilidade da "mão invisível". A orientação de Ricardo para o entendimento do capitalismo era muito mais não-histórica do que a de Smith. Considerava eternas, imutáveis e naturais as relações de propriedade, a distribuição da riqueza e do poder e as relações de classe do capitalismo. A teoria do valor-trabalho vê a sociedade partindo de uma perspectiva que se concentra no conflito, como ilustram tão claramente os *Princípios*, de Ricardo. Mas o conflito implica mudança, e mudança implica que os sistemas sócio-econômicos, como o feudalismo e o capitalismo, têm um processo de vida própria: nascem, atingem a maturidade, entram em decadência e morrem. Era precisamente este aspecto da perspectiva da teoria do valor-trabalho que Ricardo negava. Em uma de suas passagens mais esclarecedoras, Ricardo escreveu o seguinte:

> Devemos lembrar-nos ... de que a condição retrógrada é sempre um estado da sociedade que não é natural. O homem passa da mocidade para a maturidade, entra em decadência e morre; mas não é este o progresso das nações. Quando chegam a um estado de maior vigor, seu avanço posterior pode ser, de fato, detido, mas sua tendência natural é continuar, durante muito tempo, mantendo constantes sua riqueza e sua população.[63]

No contexto deste enfoque não-histórico, não causa surpresa que Ricardo não tenha considerado políticas que aumentariam o "total dos benefícios", alterando as distribuições da renda, do privilégio e do poder. Quando estas distribuições são aceitas como naturais ou eternas, os benefícios auferidos pelos que têm alto poder aquisitivo, geralmente, são considerados sinônimos do bem-estar social geral. Daí se segue, quase sempre, a crença de que o livre mercado age como uma "mão invisível" para maximizar o bem-estar de todo o mundo. Assim, Ricardo escreveu a seguinte defesa do livre comércio:

> Neste sistema de comércio perfeitamente livre, cada país, naturalmente, destina seu capital e seu trabalho a empregos que lhe sejam mais benéficos. Esta busca de vantagem individual está admiravelmente ligada ao bem universal do todo. Estimulando a indústria, recompensando a criatividade e usando de modo mais eficaz os poderes peculiares que lhe são conferidos pela natureza, distribui o trabalho da maneira mais eficaz e econômica possível, ao mesmo tempo que, aumentando o volume geral de produção, difunde o benefício geral e agrega, como um elo comum de interesse e união, a sociedade universal das nações de todo o mundo civilizado.[64]

A "mão invisível" agia local, nacional e internacionalmente, harmonizando os interesses de todos.

A defesa de Ricardo dos interesses dos capitalistas foi melhor servida com a adoção de uma perspectiva da teoria do valor-trabalho. Foi, portanto, inevitável que seus escritos envolvessem contradições sobre o tema: o capitalismo cria conflito ou harmonia de interesses? Já encontramos um exemplo em que a "mão invisível" não funcionava: "As relações entre o proprietário de terras e o público não são relações comerciais pelas quais o vendedor e o comprador possam ser considerados ganhadores; a perda fica toda de um lado e o ganho fica todo do outro."[65] Da mesma forma, na discussão do comércio internacional, logo que Ricardo deixou de considerar como dado o equilíbrio do poder real, coercitivo, viu claramente que o resultado era o conflito e não a harmonia. Ficou claro, para ele, por exemplo, que "uma metrópole pode ... às vezes beneficiar-se com as restrições por ela impostas às suas possessões coloniais. Quem pode duvidar ... que, se a Inglaterra fosse colônia da França, este país seria beneficiado por um pesado tributo pago pela Inglaterra sobre a exportação de cereais, tecidos e qualquer outra mercadoria?"[66] Mais uma vez, quatro páginas depois, ele afirmou o seguinte: "É evidente, então, que o comércio com uma colônia pode ser conduzido de modo tal que seja, ao mesmo tempo, menos benéfico para a colônia e mais benéfico para a metrópole do que um comércio perfeitamente livre."[67]

Todo o argumento de Ricardo, mostrando como as restrições coercitivas ao mercado livre poderiam beneficiar a metrópole à custa da colônia, poderia demonstrar, com a mesma facilidade, como as trocas entre capitalistas e trabalhadores poderiam ser reguladas por restrições coercitivas que beneficiassem o capitalista, à custa do trabalhador (ou vice-versa, como esperavam tantos líderes do movimento trabalhista em ascensão, da época de Ricardo).

Dada a afirmativa de Adam Smith de que o "governo civil", na medida em que era instituído para garantir a propriedade, era, na realidade, instituído para a defesa do rico

61 Ibid., p. 68.
62 Ibid., p. 225.
63 Ibid., p. 177.

64 Ibid., p. 81.
65 Ibid., p. 225.
66 Ibid., p. 227.
67 Ibid., p. 231.

contra o pobre ou dos que têm alguma propriedade contra os que nada têm"[68], caberia a ambos — Ricardo e Smith — mostrar por que o Governo não seria usado pelos capitalistas exatamente desta maneira. Sem esta demonstração, o argumento da "mão invisível" seria usado, inevitavelmente, com a simples finalidade de justificar qualquer resultado observado num sistema capitalista de mercado.

Parece óbvio que esta contradição central nas doutrinas de Smith e Ricardo levaria a uma ruptura de suas doutrinas, que passaram a constituir duas escolas de pensamento antagônicas e separadas. No próximo capítulo, examinaremos os escritos de Jeremy Bentham, J. B. Say e Nassau Senior — os três homens que deram início ao processo de substituição da perspectiva da teoria do valor-trabalho pela perspectiva do valor-utilidade nas doutrinas de Smith e Ricardo. No Cap. 7, serão discutidos os escritos de William Thompson e de Thomas Hodgskin, que tentaram levar a teoria do valor-trabalho às últimas conseqüências nela implícitas.

[68] SMITH, Adam. *An Inquiry Into the Nature of the Wealth of Nations*. Nova Iorque, Modern Library, 1937, p. 674.

6

O SUBJETIVISMO RACIONALISTA: A ECONOMIA DE BENTHAM, SAY E SENIOR

A produção capitalista de mercadorias, conforme vimos no Cap. 1, envolvia, necessariamente, certas instituições sócio-econômicas, modos de comportamento humano e autopercepção humana, além da percepção de outras pessoas. A busca insaciável de lucro levou a uma divisão cada vez maior do trabalho e à especialização da produção; esta especialização significava um aumento da interdependência social; esta maior interdependência, porém, não era sentida como uma dependência de outros seres humanos, mas como uma dependência pessoal, individual, de uma instituição social que não era humana — o mercado. Os que dominavam e controlavam os mercados eram motivados pelos lucros; mas, embora os capitalistas, tomados coletivamente, dominassem e controlassem os mercados, não experimentavam nem percebiam este controle e este domínio, pessoalmente ou subjetivamente. A intensa concorrência pelos lucros era sentida, individualmente, pelos capitalistas, como uma força social impessoal sobre a qual eles, de modo geral, tinham pouco ou nenhum controle pessoal; as forças da concorrência do mercado eram vistas como leis naturais e imutáveis, inteiramente semelhantes às leis da natureza.

ORIGENS SOCIAIS DAS PREMISSAS DA TEORIA DA UTILIDADE

Existem diversas conseqüências humanas deste processo de concorrência. Embora estas conseqüências sejam decorrências específicas do modo de produção capitalista, são percebidas, na maioria das vezes, como condições humanas gerais, que existem em todas as sociedades, em todos os lugares e em todas as épocas. Em diversas ocasiões, em todos os três capítulos anteriores, ressaltamos a distinção entre a teoria do valor-trabalho — ou perspectiva da produção — e a teoria do valor-utilidade — ou perspectiva do mercado — na análise da economia capitalista. Os fundamentos intelectuais da teoria da utilidade são: (1) a consciência dessas condições humanas especiais, provocadas pelo modo de produção capitalista e (2) a projeção universal ou generalização destas condições como características profundas, inalteráveis e naturais de todos os seres humanos em todas as sociedades. Discutiremos cinco características particularmente importantes do capitalismo e como elas têm sido percebidas pelos que seguem a tradição da utilidade em teoria econômica.

Primeiramente, a especialização do trabalho e o isolamento dos produtores levaram os indivíduos a considerar-se não como parte integrante de um todo sócio-econômico interligado e interdependente, mas como unidades isoladas, atomizadas, cada qual preocupada com sua própria sobrevivência contra as forças impessoais e imutáveis do mercado. Os indivíduos sentiam-se, em larga escala, solitários, isolados e alienados, em sua condição de